

AS PRIORIDADES DE CADA REGIÃO CATARINENSE



AVOZ_{DOS} VEREADORES

RELATÓRIO • PESQUISA UVESC 2026



FEDERAÇÃO DAS CÂMARAS DE
VEREADORES DE SANTA CATARINA

EXPEDIENTE



Relatório A voz dos Vereadores 2026

Presidente UVESC

Marcilei Vignatti

Diretoria UVESC

Marcilei Vignatti
Vinícius Ramos
Diego Mauro Bairros
Ravier Centenaro
Gian Carlos Walkiv
Hérica Dalmonte
Ivan Pinto da Luz
Daltro Krombauer
Claudinei Marques
Guilherme Frozza
Caciano Sartori
Idalir Sérgio Biolchi
Joseana Guerini
Gabriel Nissola

Coordenadora do projeto A Voz dos Vereadores

Marcilei Vignatti

Consultoria Técnica

José Roberto Paludo

Jornalista Responsável

Jeferson Jonas Alves

Equipe Técnica de Apoio

Leusa Possamai
Karine de Campos
Vinícius Neres

Produção e Revisão

Metrô - Projetos de Comunicação

Diagramação e Capa

Eliana Baron / Metrô - Projetos de Comunicação

Impressão

Gráfica Nova Impressão

Tiragem

500 exemplares

P184r

Paludo, José Roberto
A Voz dos Vereadores 2026 / José Roberto Paludo -
Organizadores : Gabriel Rodrigues da Costa Noel, Tainá
Espíndola - Florianópolis : Metrô – Projetos de Comunicação,
2026.
80 p. : il, color

ISBN: 9786598722944

1. Ciência Política – Santa Catarina. 2. Municípios - SC 3.
Relatório Anual – Vereança - SC I. Título II. Noel, Gabriel Rodrigues
da Costa III. Espíndola, Tainá.

CDD 320.08164

Catálogo – Informações na fonte
Kátia Maria Costa CRB – 14/1157

Carta Apresentação

Santa Catarina construiu, ao longo de sua história, uma identidade marcada pela força dos seus municípios. É nas cidades, grandes e pequenas, no litoral, na serra e no interior, que a vida acontece, que os desafios se apresentam e que as políticas públicas ganham significado para as pessoas. É também no município que a democracia se manifesta de forma mais próxima, por meio do diálogo cotidiano entre representantes e cidadãos.

Foi inspirada por essa convicção que a União dos Vereadores de Santa Catarina (UVESC) realizou a pesquisa A Voz dos Vereadores. Mais do que um levantamento de opiniões, este trabalho representa um compromisso com o fortalecimento do municipalismo e com a construção de uma agenda pública baseada na realidade dos territórios catarinenses.

Os vereadores ocupam uma posição singular na vida pública. São os representantes políticos que mantêm o contato mais permanente com as comunidades, conhecem de perto as dificuldades enfrentadas pelos cidadãos e acompanham diariamente a execução das políticas públicas. Ouvir sua percepção significa aproximar o debate estadual e nacional das necessidades concretas dos municípios.

A publicação desta pesquisa ocorre em um momento particularmente importante. O processo eleitoral constitui uma oportunidade privilegiada para refletirmos sobre os rumos de Santa Catarina e do Brasil. Mais do que um período de disputa política, as eleições representam um momento pedagógico para a democracia, no qual a sociedade debate prioridades, avalia resultados e projeta o futuro que deseja construir. Uma democracia forte depende de um debate público qualificado, fundamentado em informações, evidências e no conhecimento acumulado por aqueles que vivem cotidianamente a realidade das comunidades.

Nesse contexto, a UVESC reafirma seu compromisso de contribuir para esse debate de forma responsável, plural e institucional. Esta pesquisa não pretende indicar caminhos partidários nem orientar escolhas eleitorais. Seu propósito é oferecer informações que auxiliem candidatos, gestores públicos, parlamentares, lideranças sociais, imprensa e a própria população a compreenderem quais são as principais demandas percebidas pelos representantes municipais em todas as regiões do Estado.

Ao dar voz aos vereadores, a UVESC também reafirma uma convicção histórica do movimento municipalista: as melhores decisões públicas são aquelas construídas a partir da realidade dos municípios. Nenhuma política estadual ou nacional alcançará plenamente seus objetivos se não dialogar com as necessidades, potencialidades e desafios dos territórios onde as pessoas vivem, trabalham e constroem suas histórias.

Os resultados apresentados nas páginas seguintes revelam muito mais do que uma relação de prioridades. Eles retratam um Estado diverso, dinâmico e repleto de potencialidades, mas que também enfrenta desafios importantes em áreas como infraestrutura, saúde, educação, desenvolvimento econômico, agricultura, segurança pública e sustentabilidade. Cada demanda expressa pelos vereadores representa, em última análise, a voz das comunidades que eles representam.

Mais do que identificar problemas, esta publicação convida todos os atores públicos a refletirem sobre soluções. Planejar o futuro de Santa Catarina exige cooperação entre municípios, Estado e União, fortalecimento do pacto federativo, investimentos estratégicos e compromisso permanente com a melhoria da qualidade de vida da população.

Acima de qualquer divergência política ou ideológica, existe um propósito comum que deve orientar a atuação de todos aqueles que exercem funções públicas: querer bem a Santa Catarina. Querer bem ao nosso Estado significa reconhecer sua diversidade regional, respeitar suas vocações, reduzir desigualdades, promover oportunidades e construir políticas públicas capazes de melhorar concretamente a vida das pessoas.

Esperamos que este estudo contribua para qualificar o debate público, fortalecer o municipalismo e inspirar decisões cada vez mais próximas da realidade dos catarinenses. Afinal, ouvir quem vive os desafios dos municípios é um passo indispensável para construir um Estado mais justo, mais eficiente e preparado para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

MARCILEI VIGNATTI

Presidente da União dos Vereadores de Santa Catarina – UVESC

01. CONTEXTUALIZAÇÃO

A voz dos vereadores no municipalismo _____	06
Contexto geral e caracterização socioeconômica de SC _____	07
Apresentação dos resultados _____	08
Principais problemas de SC sob o ponto de vista dos vereadores e vereadoras _____	10

02. ÁREAS EM FOCO

Prioridades municipalistas no contexto de SC _____	12
 Infraestrutura _____	13
 Saúde _____	19
 Educação _____	23
 Desenvolvimento econômico e agricultura _____	27

03. AS PRIORIDADES CATARINENSES

Prioridades Regionais	30
 Extremo Oeste	32
 Oeste	38
 Meio Oeste	44
 Planalto Serrano	50
 Planalto Norte	54
 Norte	58
 Vale do Itajaí	62
 Grande Florianópolis	68
 Sul	72

04. FECHAMENTO

Considerações Finais	78
----------------------	----



A pesquisa “A voz dos Vereadores” de Santa Catarina é uma iniciativa da UVESC (Federação de Vereadores e Câmaras de Santa Catarina) para fazer um diagnóstico das principais demandas apontadas pelos representantes do poder local, portanto, trata-se de um mapa da visão municipalista para as eleições de 2026 neste estado.

Santa Catarina tem 295 municípios e 2.912 vereadores em exercício neste mandato, dos quais, 19,81% foram mulheres (577) e 87,95% homens (2.335) e essa pesquisa pode ser considerada um instrumento inédito de escuta dos representantes do poder local, pela abrangência e distribuição da amostra que contempla a diversidade em formato de síntese da agenda municipalista de Santa Catarina.¹

O questionário sobre as prioridades foi estruturado em três questões relacionadas com as questões de Estado, prioritárias na região e município e o principal problema percebido pelos vereadores e vereadoras.

¹ Metodologia: a pesquisa da UVESC foi realizada de forma virtual através de um aplicativo próprio desenvolvido para essa finalidade, adaptado ao whatsapp, sendo distribuído o link através de QR Code ou envio de mensagens, do período de novembro de 2025 até junho de 2026 num total de quase 500 respostas distribuídas proporcionalmente nas 09 macrorregiões: Extremo Oeste; Oeste; Meio Oeste; Planalto Serrano; Planalto Norte; Norte; Vale do Itajaí; Grande Florianópolis; e Sul.

A voz dos vereadores no municipalismo

O município ocupa posição singular na organização do Estado brasileiro. Diferentemente da maior parte das federações contemporâneas, a Constituição Federal de 1988 elevou os municípios à condição de entes federativos autônomos, conferindo-lhes competências políticas, administrativas e financeiras próprias. Essa inovação constitucional ampliou significativamente suas responsabilidades na implementação das políticas públicas, tornando os governos locais protagonistas na prestação de serviços essenciais à população, especialmente nas áreas da saúde, educação, assistência social, planejamento urbano e desenvolvimento territorial.

A literatura da Ciência Política brasileira consolidou importante produção sobre federalismo, descentralização e relações intergovernamentais e demonstram que compreender a dinâmica da democracia brasileira exige compreender o papel desempenhado pelos governos locais.

Essa característica faz do municipalismo um dos principais eixos estruturantes da administração pública brasileira. Nesse contexto, prefeitos e vereadores assumem papel estratégico como mediadores entre as necessidades locais e os centros de decisão política e orçamentária.

A relevância do municipalismo também se fortalece diante das transformações produzidas pela globalização. Se, por um lado, os fluxos econômicos, tecnológicos e informacionais tornaram-se crescentemente globais, por outro, os impactos dessas

transformações manifestam-se concretamente nos territórios. Questões como mobilidade urbana, infraestrutura logística, desenvolvimento econômico, mudanças climáticas, segurança pública, inovação, inclusão social e sustentabilidade passam a exigir respostas construídas a partir das realidades locais, reforçando a máxima “pensar globalmente e agir localmente”.

Paradoxalmente, o município deixa de ser apenas executor de políticas públicas para assumir papel ativo na governança do desenvolvimento regional e mesmo com o fortalecimento das emendas parlamentares impositivas e dos mecanismos de transferência voluntária de recursos ampliou a importância das relações entre os municípios e seus representantes nas esferas estadual e federal e os vereadores passaram a desempenhar papel cada vez mais relevante na identificação das demandas locais, na articulação institucional e na construção de agendas voltadas à captação de investimentos públicos.

Nesse contexto, se insere a pesquisa A Voz dos Vereadores. O estudo parte do pressuposto de que os vereadores constituem observadores privilegiados da realidade municipal. Por estarem em contato cotidiano com a população, acompanham de forma direta as demandas sociais, os desafios da gestão pública e as expectativas depositadas sobre os representantes políticos. Suas percepções oferecem importante indicador das prioridades que emergem dos diferentes territórios catarinenses e permitem compreender como os problemas locais são traduzidos em agendas políticas para os governos estadual e federal.

Diferentemente das pesquisas tradicionais de opinião pública, centradas na percepção dos cidadãos, esta investigação busca compreender a visão daqueles que exercem cotidianamente a representação política no nível mais próximo da sociedade. Trata-se de um olhar que combina conhecimento das necessidades concretas das comunidades, experiência institucional e compreensão das possibilidades efetivas de atuação dos diferentes entes federativos.

Ao dar voz aos vereadores, esta pesquisa reafirma um princípio fundamental da democracia brasileira: o fortalecimento das políticas públicas nacionais passa, necessariamente, pela compreensão das realidades locais. Em um país marcado por profundas desigualdades territoriais e grande diversidade regional, ouvir quem representa diretamente os municípios significa fortalecer o próprio pacto federativo e qualificar a construção de soluções públicas mais eficientes, legítimas e conectadas às necessidades da população.

Contexto geral e caracterização socioeconômica de Santa Catarina

O Estado é um dos menores da Federação em extensão territorial, ocupando uma área aproximada de 95.730 km², o equivalente a cerca de 1,1% do território nacional. Apesar de sua dimensão geográfica relativamente reduzida, destaca-se entre os estados brasileiros pelos elevados indicadores econômicos e sociais. Segundo as estimativas mais recentes do IBGE (2024), Santa Catarina registrou um aumento populacional de 21,8% (no Brasil o aumento foi de 6,5% entre o censo de 2010 e 2022) e atingiu a marca de 8.187.029 habitantes. A projeção para 2026 é de aproximadamente 8,3 milhões de habitantes, ocupando a 10ª posição entre os estados mais populosos do país. O crescimento populacional observado na última década ocorreu em ritmo superior à média nacional, impulsionado principalmente pelos fluxos migratórios internos, atraídos pela qualidade de vida, oportunidades de emprego e dinamismo econômico. Na região metropolitana de Florianópolis, cidades como Palhoça, São José e a própria capital figuram entre as que mais crescem proporcionalmente no território nacional. Com densidade demográfica 84,18 habitantes por km², Santa Catarina está em 8º lugar entre os estados mais densamente povoados do Brasil, apresentando uma ocupação territorial relativamente equilibrada quando comparada a outras unidades da federação, caracterizada por pólos regiões e pela ausência de uma concentração excessiva na capital. Sob a perspectiva econômica, Santa Catarina consolidou-se como uma das economias mais diversificadas do país. O estado figura entre as seis maiores economias brasileiras, respondendo por aproximadamente 4,7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, com um PIB estadual de R\$513,4 bilhões, com uma das taxas de crescimento que chega a superar o dobro da média nacional. O PIB per capita é de R\$67.459,7, valor 25% superior à média brasileira e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,833, figurando como o terceiro maior do país.

Santa Catarina possui o menor Índice de Gini do Brasil, o que indica a melhor distribuição de renda e o menor nível de desigualdade social entre os estados brasileiros. O indicador catarinense oscila na faixa de 0,418 a 0,425, ficando bem abaixo da média nacional. Seu desempenho distingue-se pela forte presença da indústria de transformação, do agronegócio com alta tecnificação, do cooperativismo, do setor de serviços, da inovação tecnológica e de pequenas e médias empresas distribuídas em diversas regiões. Outro diferencial catarinense é seu elevado nível de cooperativismo, com 4,8 milhões de pessoas cooperadas que representam 58% da população, maior índice do país. No mundo do trabalho, o estado apresenta uma das menores taxas de desemprego do país, com apenas 2,3% de desempregados (média nacional de 5,6%), porém, com alta rotatividade de 33,1% (média nacional 33,6%), diminuição da taxa de informalidade para 26% em Santa Catarina (Brasil 38%). Os dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostram que 44,72% do total de trabalhadores formais trabalham em escala 6x1 em Santa Catarina, um dos mais altos do país. No campo social, Santa Catarina continua figurando entre os estados brasileiros com melhores indicadores de desenvolvimento humano. Embora o último Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) disponível seja o calculado com base no Censo de 2010, o estado permanece entre os primeiros colocados do país. Paralelamente, apresenta alguns dos melhores indicadores nacionais em expectativa de vida, escolaridade, renda média domiciliar e segurança pública. Entretanto, os elevados indicadores médios não eliminam importantes desafios estruturais. Persistem desigualdades regionais, dificuldades relacionadas à mobilidade urbana, déficit habitacional em determinadas regiões, envelhecimento populacional, escassez de mão de obra qualificada em alguns setores, pressões ambientais decorrentes do crescimento econômico e vulnerabilidades sociais que coexistem com elevados níveis de renda.

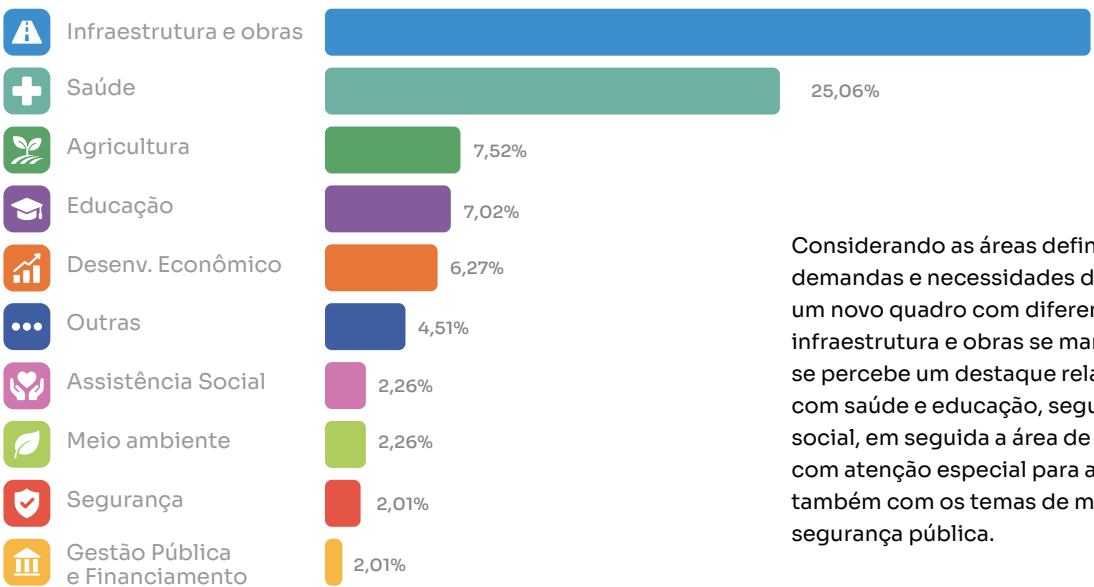
Apresentação dos RESULTADOS

A apresentação dos dados consiste na sistematização das respostas das principais necessidades, demandas e prioridades de cada região, iniciando pela contagem geral das prioridades seguida de uma síntese das prioridades e demandas em cada área e finalmente um detalhamento das prioridades e demandas especificamente em cada região.

PRIORIDADES MUNICIPALISTAS PARA AS ELEIÇÕES 2026 EM SANTA CATARINA

A partir desses dados coletados pela pesquisa “A voz dos vereadores” organizada pela UVESC, as áreas prioritárias na percepção dos representantes municipais teve a seguinte configuração:

Quantidade de respostas por área prioritária



42,1%

das respostas apontam infraestrutura e obras como área prioritária — mais que o dobro da segunda colocada

Considerando as áreas definidas como prioridade e as demandas e necessidades de cada região, configura-se um novo quadro com diferenças nos percentuais, onde a infraestrutura e obras se mantém a predominância, porém, se percebe um destaque relacionado aos problemas sociais, com saúde e educação, seguido de habitação e assistência social, em seguida a área de desenvolvimento econômico com atenção especial para a agricultura e turismo, contando também com os temas de meio ambiente, saneamento e segurança pública.

Tipo de demanda ou necessidade por área prioritária e frequência



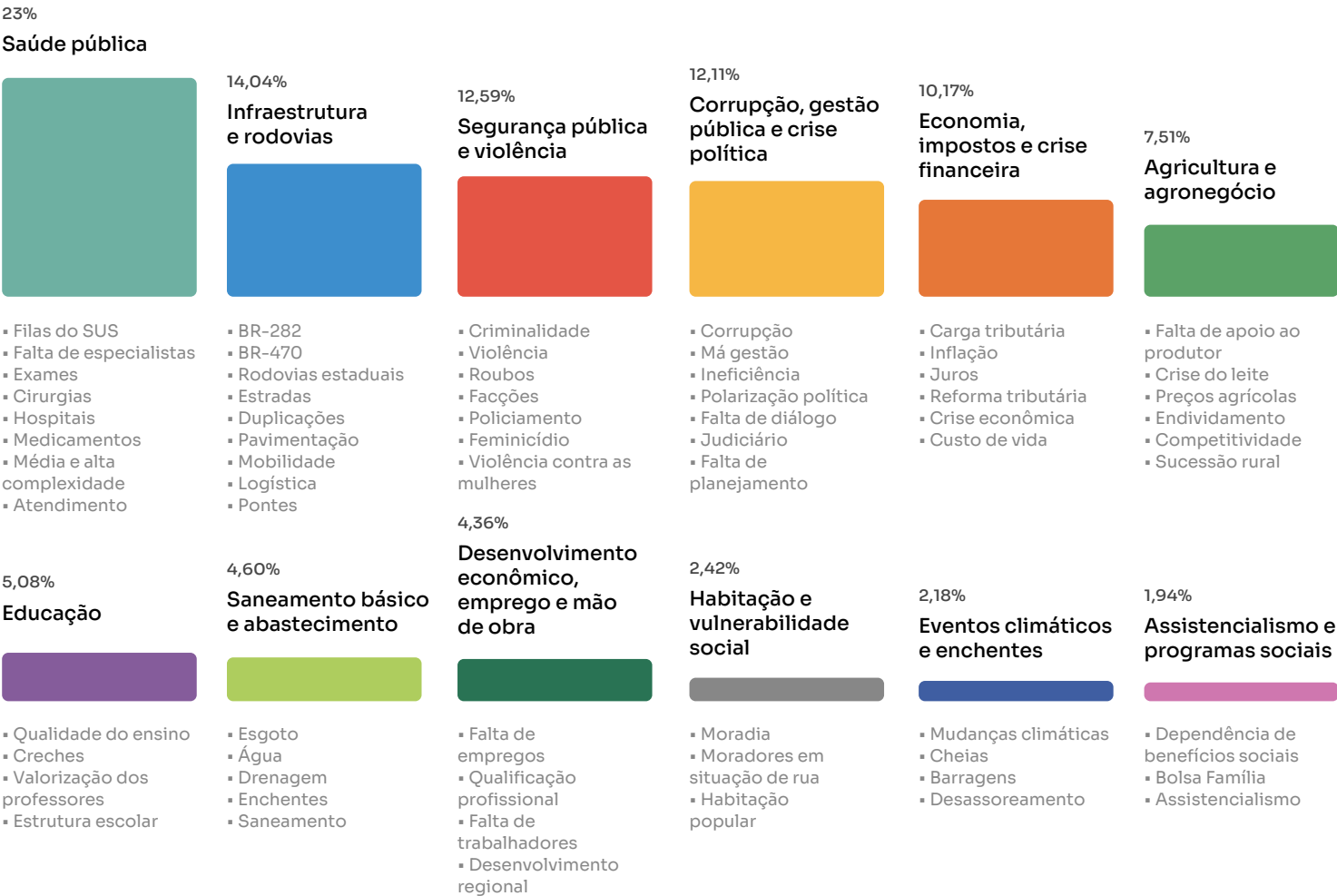
A interpretação desses dados encontra convergência com duas tradições analíticas da Ciência Política brasileira. De um lado, a literatura clássica sobre patrimonialismo, coronelismo e clientelismo evidencia a centralidade histórica das obras materiais como instrumento de construção da legitimidade política nos municípios. De outro, estudos contemporâneos sobre federalismo e política distributiva demonstram que a priorização desses investimentos também decorre de incentivos produzidos pelas próprias instituições democráticas brasileiras. Autores como Raymundo Faoro e Victor Nunes Leal mostram que a política local consolidou-se durante décadas por meio de relações de intermediação entre as comunidades e os centros de poder. As obras públicas tornaram-se símbolos concretos dessa capacidade de mediação, pois oferecem benefícios facilmente perceptíveis e

permitem associar o resultado material à atuação do agente político. Essa tradição não desapareceu com a redemocratização. Ainda hoje, investimentos em pavimentação, pontes, unidades de saúde, ginásios, escolas ou equipamentos urbanos possuem elevado potencial de visibilidade pública e de reconhecimento eleitoral. A partir da Constituição de 1988, o Brasil estruturou um modelo de federalismo no qual os municípios assumiram crescente responsabilidade pela execução das políticas públicas, enquanto a maior parcela da arrecadação tributária permaneceu concentrada na União. Como demonstram os estudos de Marta Arretche e Fernando Abrucio, esse arranjo faz com que a articulação política para obtenção de recursos estaduais e federais se torne parte constitutiva da representação municipal.

PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SANTA CATARINA SOB O PONTO DE VISTA DOS VEREADORES E VEREADORAS

A segunda parte importante do questionário da pesquisa “A Voz dos Vereadores”, diferentemente das primeiras questões, se referiu aos problemas vistos pelos vereadores em Santa Catarina, ou seja, de um lado as necessidades e demandas locais, de outro os principais problemas, como uma questão mais aberta que não se refere especificamente ao foco municipal e assim percebe-se uma importante diferença inclusive na ordem das prioridades onde a saúde aparece antes da infraestrutura.

Principais problemas citados por área prioritária e frequência



Um espelho da Sociedade

Além dessa leitura distinta entre problema e demanda específica, a primeira camada de análise permite verificar se os vereadores funcionam como um “espelho” da sociedade e os dados sugerem que os vereadores percebem os problemas sociais de forma muito semelhante à população brasileira.

A saúde continua sendo o principal problema nas diversas pesquisas nacionais das últimas décadas mostram que o problema permanece entre as maiores preocupações dos brasileiros.

“OS VEREADORES PERCEBEM OS PROBLEMAS SOCIAIS DE FORMA MUITO SEMELHANTE À POPULAÇÃO BRASILEIRA”

Pesquisas do Datafolha, Quest, Ipsos, e o sistema de indicadores da Confederação Nacional da Indústria apontam, com pequenas variações conjunturais, que a saúde aparece sistematicamente entre o primeiro e o segundo maior problema do país, especialmente após a pandemia.

Outro aspecto semelhante às pesquisas nacionais é que não existe um único problema predominante diferenciado, pois, após a saúde, aparecem: infraestrutura; segurança; corrupção e gestão pública; economia; e agricultura.

Nas pesquisas nacionais ocorre fenômeno semelhante, dependendo do momento econômico e político, segurança, inflação, corrupção, desemprego ou saúde alternam posições, mas permanecem concentrados em um pequeno grupo de preocupações recorrentes.

Isso confirma uma visão clássica da literatura de opinião pública, de que a sociedade organiza suas preocupações em torno de um conjunto relativamente estável de grandes problemas, cuja ordem varia conforme o contexto político e econômico.

A segurança aparece praticamente empatada com infraestrutura e observando as séries históricas nacionais, nas pesquisas realizadas ao longo dos últimos quinze anos mostram que violência e criminalidade raramente deixam o grupo dos cinco principais problemas percebidos pelos brasileiros.

A marca catarinense

A agricultura aparece como uma característica diferencial, propriamente catarinense, enquanto nas pesquisas nacionais a agricultura raramente aparece entre as maiores preocupações da população, entre os vereadores ela ocupa posição intermediária. Isso provavelmente decorre de três fatores:

- Forte presença de municípios rurais
- Importância econômica do agronegócio em Santa Catarina
- Contato cotidiano dos vereadores com produtores rurais

Ou seja, trata-se de uma agenda territorializada que dificilmente apareceria com a mesma intensidade em pesquisas nacionais.

Os dados sugerem que, quando perguntados sobre os problemas do Estado, os vereadores respondem muito mais como cidadãos inseridos em suas comunidades do que como agentes políticos e essa convergência sugere que os vereadores possuem elevada sensibilidade às demandas sociais presentes em seus territórios de representação.

Contudo, quando a pergunta muda para qual deve ser a prioridade dos representantes estaduais e federais, a lógica também muda e nesse momento, deixam de responder como observadores da realidade social e passam a responder como atores políticos conhecedores do funcionamento do sistema federativo e dos mecanismos de alocação de recursos.

PRIORIDADES MUNICIPALISTAS NO CONTEXTO DE SANTA CATARINA

Considera-se importante contextualizar as principais prioridades apontadas pela pesquisa A Voz dos Vereadores frente à alguns dados gerais de cada setor no contexto do estado de Santa Catarina.

Sem a pretensão de apresentar nenhum diagnóstico do estado, mas apenas sistematizando alguns indicadores públicos disponíveis, buscou-se trazer um panorama das quatro principais áreas apontadas na pesquisa: **infraestrutura, saúde, educação e agricultura.**



Infraestrutura e Logística catarinense

A principal prioridade e maior apontamento de demandas da pesquisa A Voz dos Vereadores foi o tema da infraestrutura e logística, o que requer um olhar sobre a realidade deste segmento no contexto do estado.

Santa Catarina possui 8.538 km de rodovias, sendo 2.240 km federal (26%) e 6.298 km estadual (74%). A malha rodoviária federal compreende corredores estratégicos como as BR-101, BR-116, BR-153, BR-158, BR-163, BR-280, BR-282, BR-285, BR-470 e BR-480 e essa quantitativo permanece praticamente estável nas últimas décadas, uma vez que houve poucas incorporações de novos trechos à rede federal. A malha rodoviária estadual está distribuída em 5.148 km pavimentados (81,7%) e 1.150 km não pavimentados (18,3%)¹. Em 2025, o Governo do Estado informou que 84% dos cerca de 5,3 mil quilômetros pavimentados encontravam-se classificados como em boas condições.²

As rodovias federais que concentram a maior parte da movimentação econômica do Estado são: BR-101, BR-470, BR-280 e BR-282, responsáveis pelo acesso aos principais portos, pólos industriais e regiões produtoras. Por isso, mesmo a malha estadual sendo quase três vezes maior que a federal, a percepção dos vereadores de que os investimentos federais em infraestrutura são prioritários é coerente com a importância estratégica dessas rodovias para a economia catarinense.

Dados recentes da Confederação Nacional do Transporte (CNT) indicam que aproximadamente 65% das cargas movimentadas no país ainda utilizam o modal rodoviário, percentual superior ao observado há uma década, evidenciando que a predominância

desse sistema permanece como característica estrutural da logística brasileira.

Estudos da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, através da Empresa de Planejamento e Logística (atualmente incorporada ao planejamento do Ministério dos Transportes) e da Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias convergem para a avaliação de que mais de 80% da movimentação interna de cargas em Santa Catarina depende das rodovias.

Ainda que essas informações carecem de um estudo mais qualificado, o dado mais relevante não é o percentual modal, mas uma característica estrutural de Santa Catarina que explica os resultados da pesquisa com os vereadores:

- Santa Catarina responde por cerca de 7% das exportações brasileiras, apesar de representar pouco mais de 3% da população.
- Possui cinco portos de grande movimentação, altamente dependentes de acessos rodoviários;
- Tem uma economia extremamente pulverizada territorialmente (não concentrada em uma única metrópole);
- É um dos estados com maior densidade industrial do país;

Mesmo assim, possui uma das menores malhas ferroviárias proporcionais entre os estados industrializados.

¹ https://ods.atricon.org.br/diagnostico-sistema-de-infraestrutura-viaria-sob-gestao-do-estado-de-santa-catarina/?utm_source=chatgpt.com

² https://www.sie.sc.gov.br/noticia/2751?utm_source=chatgpt.com



Essa combinação faz com que a infraestrutura rodoviária tenha um peso político muito maior em Santa Catarina do que na média nacional, oferecendo uma explicação consistente para o fato de os vereadores colocarem a infraestrutura como principal prioridade para a atuação dos representantes estaduais e federais.

Essa configuração impõe elevados custos logísticos para uma economia de dimensões continentais e amplia a vulnerabilidade do sistema de transportes diante de eventos climáticos extremos, interrupções em rodovias ou gargalos de capacidade. Apesar dos avanços recentes em concessões ferroviárias, investimentos portuários e ampliação da cabotagem, especialistas apontam que a diversificação da matriz logística continua sendo um desafio de longo prazo, exigindo investimentos contínuos e planejamento integrado entre União, estados e iniciativa privada.

No caso de Santa Catarina, essa dependência do transporte rodoviário apresenta impactos ainda mais expressivos. O Estado possui uma das economias mais diversificadas do país, forte presença industrial, elevado dinamismo das exportações e intensa circulação de mercadorias entre seus pólos produtivos e os portos catarinenses. Entretanto, sua infraestrutura rodoviária permaneceu durante décadas aquém do crescimento econômico observado, resultando em congestionamentos frequentes, limitações operacionais e aumento dos custos de transporte.

Rodovias como as BR-101, BR-282, BR-470 e BR-280 continuam desempenhando papel estratégico para a integração regional e nacional. Ao longo dos últimos anos foram executadas importantes obras de duplicação, restauração e ampliação da capacidade dessas vias, reduzindo parte dos gargalos históricos. Entre os exemplos recentes destaca-se a conclusão da revitalização de 128 quilômetros da BR-280, com investimentos superiores a R\$275 milhões realizados por meio do Novo PAC.

O modelo de financiamento da infraestrutura também passou por importantes transformações desde a década de 1990. A ampliação das concessões rodoviárias, das parcerias público-privadas e dos investimentos privados passou a coexistir com programas federais de investimento público. Atualmente, o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) constitui o principal instrumento de coordenação dos investimentos federais em infraestrutura. Em Santa Catarina,

o programa prevê investimentos da ordem de R\$18,1 bilhões até 2026, dos quais aproximadamente R\$16,3 bilhões (90%) já haviam sido executados até o final de 2024, contemplando rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, mobilidade urbana e infraestrutura social. Além das obras em execução, centenas de empreendimentos encontram-se em fases de licitação, contratação ou elaboração de projetos.

Paralelamente aos investimentos federais, o Governo de Santa Catarina vem ampliando sua participação por meio de programas próprios de infraestrutura, financiamentos junto a organismos multilaterais, operações de crédito e concessões estaduais. A estratégia estadual busca fortalecer a integração entre as rodovias estaduais e federais, ampliar a capacidade logística e aumentar a resiliência da malha viária diante dos eventos climáticos extremos que têm afetado a região Sul do país.

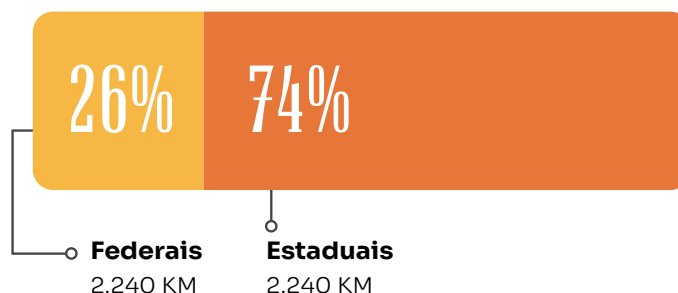
Nesse contexto, a infraestrutura de transportes permanece como um dos principais desafios estruturais para o desenvolvimento catarinense. A elevada dependência do modal rodoviário, combinada ao crescimento da produção industrial, agropecuária e das exportações, faz com que investimentos em logística continuem ocupando posição central tanto na agenda pública quanto nas demandas apresentadas pelos representantes municipais. Não por acaso, pesquisas de opinião realizadas com vereadores catarinenses mostram que a infraestrutura permanece como a principal prioridade atribuída à atuação dos representantes estaduais e federais, refletindo tanto as necessidades objetivas da economia estadual quanto a percepção de que os investimentos em transportes constituem um dos principais instrumentos de promoção do desenvolvimento regional.



Infraestrutura e logística catarinense

MALHA RODOVIÁRIA CATARINENSE

8.538 km
de rodovias no total

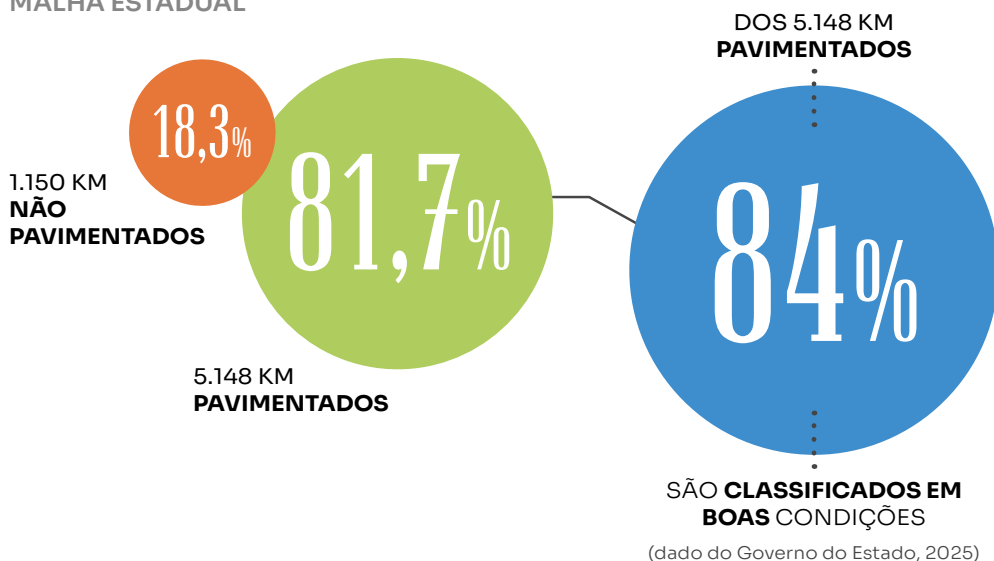


Corredores federais estratégicos:

BR-101, BR-116, BR-153, BR-158, BR-163, BR-280, BR-282, BR-285, BR-470 e BR-480

Malha federal praticamente estável nas últimas décadas (poucas incorporações de novos trechos)

MALHA ESTADUAL



RODOVIAS QUE CONCENTRAM A ECONOMIA

BR-101 • BR-470 • BR-280 • BR-282

Acesso aos principais portos, polos industriais e regiões produtoras.

Mesmo com a malha estadual quase 3x maior que a federal, a percepção dos vereadores de priorizar investimentos federais é coerente com a importância estratégica dessas rodovias.

PREDOMINÂNCIA DO MODAL RODOVIÁRIO

CERCA DE **65%** das cargas do país usam o modal rodoviário (CNT) } percentual superior ao de uma década atrás

+80% da movimentação interna de cargas em SC depende das rodovias

} Estudos FIESC/EPL/Secretaria de Portos, Aeroportos e Ferrovias

CARACTERÍSTICA ESTRUTURAL DE SC

cerca de
7%
das exportações
brasileiras

SC **exporta** cerca
do **dobro** do seu
peso populacional

pouco mais de
3%
da população
do país

MUITA INDÚSTRIA, QUASE NENHUM TRILHO



Um dos estados com **maior**
densidade industrial do país

Rodovias



Ferrovias



Uma das **menores malhas**
ferroviárias proporcionais entre os
estados industrializados

A COMBINAÇÃO DESSES FATORES

ALTA EXPORTAÇÃO

5 PORTOS

ECONOMIA PULVERIZADA

INDÚSTRIA DENSA

POUCAS FERROVIAS

=
Peso político maior da
infraestrutura rodoviária em SC
que na média nacional
— explicando a prioridade
apontada pelos vereadores.



5 PORTOS DE GRANDE
MOVIMENTAÇÃO
Altamente dependentes
de acessos rodoviários



**ECONOMIA
PULVERIZADA
TERRITORIALMENTE**
Sem metrópole única

VULNERABILIDADES E DESAFIOS

- ➔ Elevados custos logísticos para uma economia de dimensões continentais
- ➔ Vulnerabilidade a eventos climáticos extremos, interrupções em rodovias e gargalos de capacidade

➔ Apesar de avanços em concessões ferroviárias, investimentos portuários e cabotagem, a diversificação da matriz logística segue como desafio de longo prazo (exige planejamento integrado União + estados + iniciativa privada)

➔ Infraestrutura rodoviária ficou décadas aquém do crescimento econômico → congestionamentos frequentes, limitações operacionais e aumento dos custos de transporte

NOVO PAC EM SANTA CATARINA

R\$ 18,1 BILHÕES previstos até 2026



ABRANGE:



Rodovias



Ferrovias



Portos



Aeroportos



Mobilidade
urbana



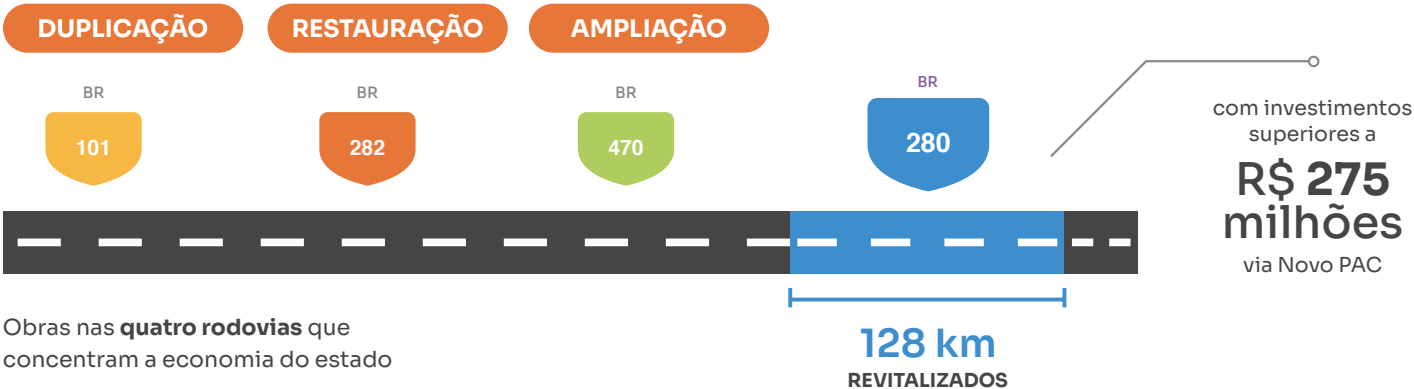
Infraestrutura
social

90% R\$ 16,3 bilhões já executados até o final de 2024

+ Centenas de empreendimentos em licitação, contratação ou elaboração de projetos



OBRAS E INVESTIMENTOS RECENTES



Obras nas **quatro rodovias** que concentram a economia do estado

MODELO DE FINANCIAMENTO

transformação desde os anos 1990:



- concessões rodoviárias
- PPPs
- investimentos privados

coexistindo com **programas federais**

NOVO PAC como principal instrumento de coordenação dos investimentos federais

ESTRATÉGIA ESTADUAL

- Programas próprios de infraestrutura
- Financiamentos com organismos multilaterais
- Operações de crédito
- Concessões estaduais

OBJETIVOS:

- Integração entre rodovias estaduais e federais
- Ampliação da capacidade logística
- Resiliência da malha diante de eventos climáticos extremos no Sul

CONCLUSÃO

DEPENDÊNCIA RODOVIÁRIA +

CRESCIMENTO INDUSTRIAL, AGROPECUÁRIO E EXPORTADOR

➔ MANTÉM A LOGÍSTICA NO CENTRO DA AGENDA PÚBLICA

Infraestrutura permanece como um dos **principais desafios estruturais** do desenvolvimento catarinense



Pesquisas com **vereadores confirmam a infraestrutura** como **principal prioridade atribuída** aos representantes estaduais e federais



Dentre os principais indicadores estruturantes de saúde no estado de Santa Catarina pode-se iniciar pela expectativa de vida ao nascer, atualmente em 81,1 anos, a maior do Brasil e significativamente superior à média nacional de 76,6 anos. As mulheres catarinenses possuem uma esperança média de vida de aproximadamente 84,2 anos, enquanto os homens alcançam cerca de 77,7 anos, com uma tendência de envelhecimento da população, com índice de 10,56% da população com mais de 65 anos.

Santa Catarina tem uma taxa bruta de mortalidade geral de cerca de 5,83 óbitos por 1.000 habitantes, a menor taxa de mortalidade infantil do Brasil, entre 5,9 e 8,6 mortes para cada mil nascidos vivos e a menor taxa de homicídios do país (5,2 por 100 mil habitantes). Dentre as principais causas de mortes se destacam as doenças do aparelho circulatório (como infarto e acidente vascular cerebral), seguidas pelas neoplasias (cânceres), doenças do aparelho respiratório e as causas externas, que englobam acidentes de trânsito e suicídio.

A taxa de suicídio no estado registra em média 8,5 óbitos por 100 mil habitantes, índice que historicamente é quase o dobro da média nacional, na proporção de casos de 3 homens para cada 1 mulher.

Um dos temas de maior relevância pública, transversal entre as áreas de saúde e segurança pública são os índices de feminicídio no estado, que encerrou o ano de 2025 com 52 mulheres assassinadas por violência de gênero e a tendência em 2026 é de alta, com registros apontando um crescimento de aproximadamente 36% em relação ao mesmo período do ano anterior de acordo com os dados do Observatório da Violência contra a Mulher de Santa Catarina (OVM), que revelam que a maioria dos agressores são companheiros ou ex-companheiros e mais de 70% dos episódios das vítimas não possuíam medida protetiva ativa e, em grande parte, nunca haviam registrado Boletim de Ocorrência.

A infraestrutura de saúde em Santa Catarina conta com uma rede mista, público e privada de aproximadamente 313 hospitais e uma capacidade total de cerca de 13.500 leitos ativos atendidos pelos SUS, 1.411 leitos de Terapia Intensiva (UTI) habilitados para o SUS, abrangendo adultos, pediátricos e neonatais e 557 leitos focados em saúde mental/psiquiatria. Os hospitais de Grande Porte (acima de 151 leitos) estão concentrados na capital e nos principais centros urbanos e o

atendimento de alta complexidade está concentrado nesses hospitais, o que leva a movimentação de pacientes de regiões distantes para se deslocar em busca de tratamento especializado. Cerca de 30% da população catarinense possui acesso à saúde suplementar através de convênios médicos.

A rede de atenção básica do estado conta com 1.700 UBS distribuídas nos 295 municípios catarinenses, 30 UPAs 24h e cobertura do SAMU em 100% do território catarinense que opera oito Centrais de Regulação de Urgência, seis motolâncias, cinco helicópteros e dois aviões no Serviço Aeromédico

A rede de trabalhadores na saúde em Santa Catarina possui mais de 160.000 profissionais, cerca de 55% vinculados ao SUS e o restante na rede privada ou filantrópica, sendo a maior categoria de enfermagem, mais de 60.000 profissionais, 24.750 médicos, 9.451 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) vinculados aos municípios e 1.657 Agentes de Combate às Endemias (ACE).

Santa Catarina registrou mais de 1,3 milhão de cirurgias pelo SUS (650 mil procedimentos eletivos e 360 mil emergenciais), mas, em contrapartida, a demanda reprimida manteve a fila de espera por cirurgias eletivas acima de 107 mil pacientes desde o início de 2023, chegando a 116 mil pessoas no final de 2025. Pelo Programa Nacional de Redução das Filas (PNRF), em um ciclo de avaliação recente do Ministério da Saúde, o Estado executou mais de 122 mil cirurgias eletivas pelo programa.

Em relação a taxa de cobertura e tratamento de esgoto, Santa Catarina possui aproximadamente 34%, um dos índices mais baixos do país, cuja média é cerca de 62% e distante da meta do Marco Legal do Saneamento, que exige 90% de cobertura até 2033. Mesmo com 89% de acesso à água tratada, o esgotamento sanitário continua sendo o principal desafio do estado onde mais de 70% dos municípios catarinenses possuem índice zero de rede de esgoto. Nos últimos anos, a expansão do indicador de coleta de esgoto no estado tem oscilado em torno de 1 a 2 pontos percentuais ao ano, portanto, no ritmo atual de investimentos públicos, projeções de órgãos estaduais indicam que a universalização em Santa Catarina só seria alcançada na década de 2050, muito depois do prazo estipulado pelo Novo Marco Legal.



EXPECTATIVA DE VIDA

81,1 ANOS

A maior expectativa de vida do Brasil

SC — 81,1 anos

Brasil — 76,6 anos

HOMENS

77,7 ANOS



MULHERES

84,2 ANOS

10,56%

da população com mais de

65 ANOS

(envelhecimento)

MORTALIDADE

5,83 ÓBITOS POR 1.000 HABITANTES

taxa bruta geral de mortalidade

5,9 a 8,6

MORTES POR MIL NASCIDOS VIVOS

A menor mortalidade infantil do Brasil

PRINCIPAIS CAUSAS:

- 1º Doenças circulatórias
- 2º Neoplasias (cânceres)
- 3º Doenças respiratórias
- 4º Causas externas (trânsito e suicídio)

SUICÍDIO

8,5 ÓBITOS POR 100 MIL HABITANTE

quase o dobro da média nacional

3 HOMENS PARA CADA 1 MULHER
(proporção entre as vítimas)

FEMINICÍDIO

52 MULHERES ASSASSINADAS EM 2025

Maioria dos agressores: **companheiros ou ex-companheiros**

+36%

CRESCIMENTO EM 2026 VS. MESMO PERÍODO ANTERIOR
(dado do OVM)

+70%

DAS VÍTIMAS SEM MEDIDA PROTETIVA ATIVA
grande parte nunca registrou B.O.

SANEAMENTO (ESGOTO E ÁGUA)

COBERTURA DE ESGOTO

SC · 34%

MÉDIA NACIONAL · 62%

META DE 90% ATÉ 2033
(Marco Legal)

+70%

DOS MUNICÍPIOS COM ÍNDICE ZERO DE REDE DE ESGOTO

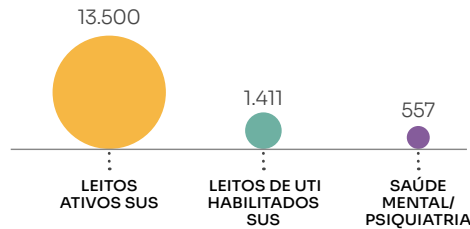
Expansão de apenas 1 a 2 p.p. ao ano →
wuniversalização projetada só na década de 2050

ACESSO À ÁGUA TRATADA

89%



HOSPITAIS E REDE DE ATENDIMENTO



Alta complexidade concentrada na **capital** e nos **grandes centros**: pacientes precisam se deslocar.



POPULAÇÃO COM ACESSO A SAÚDE SUPLEMENTAR (CONVÊNIOS)

30%

70%

DEPENDEM EXCLUSIVAMENTE DO SUS



FROTA DE REGULAÇÃO E AEROMÉDICA:

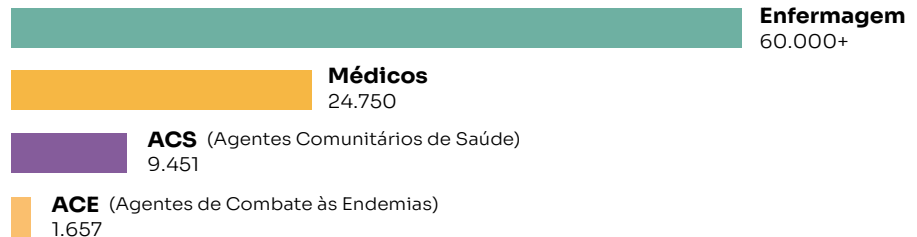
8 CENTRAIS DE REGULAÇÃO

6 MOTOLÂNCIAS

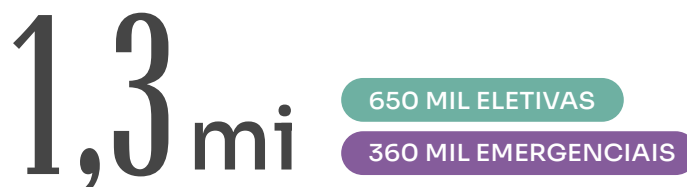
5 HELICÓPTEROS

2 AVIÕES

+160.000
profissionais no total



CIRURGIAS FEITAS PELO SUS



NA FILA DE CIRURGIAS ELETIVAS





Educação

Dentre os principais dados de educação, Santa Catarina possui aproximadamente 1,77 milhão de estudantes matriculados na Educação Básica, distribuídos em:

- Educação Infantil: 428.701
- Ensino Fundamental – Anos Iniciais: 545.301
- Ensino Fundamental – Anos Finais: 414.957
- Ensino Médio: 271.501

Segundo o Censo Demográfico 2022, Santa Catarina possui uma das maiores taxas de alfabetização do país, próxima de 97% da população com 15 anos ou mais.

O estado possui 6.462 escolas de Educação Básica, destas, na rede estadual existem 1.053 unidades escolares.

A Educação Básica catarinense possui aproximadamente 102 mil professores, sendo que na rede estadual, o quadro funcional é composto por:

- 13.474 professores efetivos
- 39.046 professores ACT (temporários)

Ou seja, cerca de 74% dos docentes da rede estadual são temporários, um dos principais desafios estruturais da gestão educacional catarinense.

Segundo o Censo da Educação Superior do INEP, Santa Catarina possui aproximadamente meio milhão de estudantes

matriculados e entre 2022 e 2023, as matrículas em cursos EAD continuaram crescendo, representando aproximadamente 74% dos ingressantes.

O programa Universidade Gratuita, iniciado em 2023, tornou-se a principal política estadual de acesso ao ensino superior de 41.706 estudantes beneficiados, mais 13.042 bolsas FUMDES e 25.218 bolsas UNIEDU (Arts. 170 e 171)

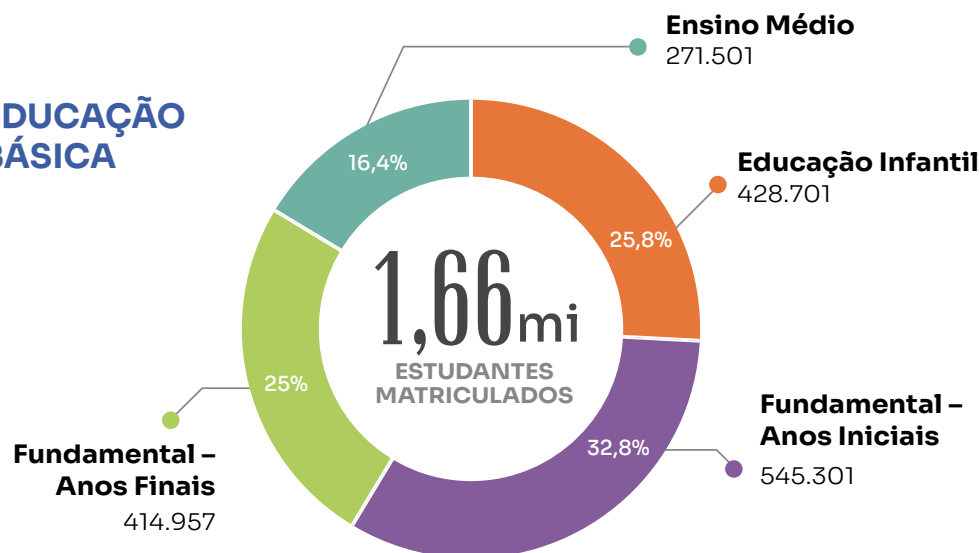
O principal indicador de qualidade de ensino, IDEB, demonstra preocupação em Santa Catarina, sendo que na rede pública havia um histórico de alcance acima da projeção, mas iniciou uma tendência de queda desde 2019 para os anos iniciais, que ficaram estanques nos anos de 2022 e 2023, quando foi projetado o índice de 6,4 e alcançado 6,2, colocando o estado praticamente na média nacional de 6,0. Para os anos finais havia um déficit entre a projeção e os resultados desde 2013 e vem aumentando nos últimos anos, sendo que em 2023 a projeção foi de 6,0 e o resultado ficou em 4,9, sendo que a média nacional é 5,0.

Em Santa Catarina, a taxa de abandono no ensino médio público caiu para 3,9%, o que reflete uma tendência de queda contínua, impulsionada por programas de permanência estudantil: 2022: 5,7%; 2024: 4,8%; 2025/2026: 3,9%. A taxa de reprovação na rede pública também recuou de 13,3% para 7,3%, enquanto a distorção idade-série (atraso escolar) caiu de 22,4% para 18,6%. A melhoria tem sido atribuída a ações de incentivo financeiro, como o programa federal Pé-de-Meia, que beneficiou cerca de 85 mil estudantes catarinenses.

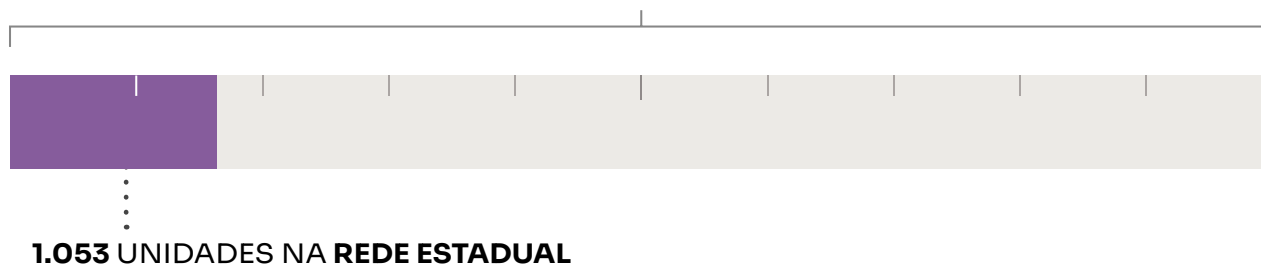


Educação

EDUCAÇÃO BÁSICA



6.462 ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO



CERCA DE **102mil** PROFESSORES na Educação Básica catarinense

REDE ESTADUAL



~74% dos docentes da rede estadual são **TEMPORÁRIOS**

Um dos principais desafios estruturais da gestão educacional

ENSINO SUPERIOR

CERCA DE **500mil**

ESTUDANTES MATRICULADOS
(Censo da Educação Superior/INEP)



... dos ingressantes entram via

EAD

em crescimento entre 2022 e 2023

POLÍTICAS ESTADUAIS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Bolsas FUMDES **13.042**

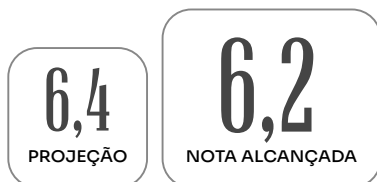
(Arts. 170 e 171) Bolsas UNIEDU **25.218**

Estudantes beneficiados pelo **Universidade Gratuita**

41.706

IDEB — QUALIDADE DE ENSINO

ANOS INICIAIS



QUASE NA META — ESTAGNAÇÃO

MÉDIA NACIONAL: 6,0 (SC ACIMA)

ANOS FINAIS

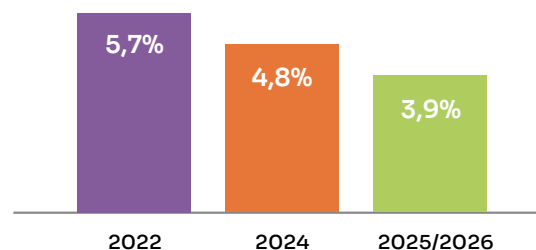


DÉFICIT DESDE 2013 — AUMENTANDO

MÉDIA NACIONAL: 5,0 (SC ABAIXO)

Rede pública tinha histórico acima da projeção, mas iniciou queda desde 2019

ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO



Tendência de **queda contínua** impulsionada por **programas de permanência estudantil**

REPROVAÇÃO E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

13,3% ➔ **7,3%**

REPROVAÇÃO NA REDE PÚBLICA

22,4% ➔ **18,6%**

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (ATRASSO ESCOLAR)

Melhoria atribuída a incentivos financeiros:

Pé-de-Meia (programa federal)

Cerca de **85 mil** estudantes catarinenses beneficiados



Desenvolvimento econômico e agricultura

A agricultura ocupa posição estratégica na economia de Santa Catarina, não apenas pela produção de alimentos, mas pelo papel estruturante que exerce sobre a indústria, o comércio exterior, a logística, a geração de emprego e o desenvolvimento regional. Diferentemente de outros estados brasileiros marcados pela predominância de grandes propriedades monocultoras, o modelo catarinense consolidou-se a partir da agricultura familiar, da diversificação produtiva e da forte integração entre produtores rurais, cooperativas e agroindústrias, constituindo um dos sistemas agroindustriais mais competitivos do país.

Santa Catarina possui aproximadamente 183 mil estabelecimentos agropecuários, dos quais cerca de 78% pertencem à agricultura familiar, responsável por parcela significativa da produção de alimentos destinados ao mercado interno.

Embora a agropecuária represente uma parcela relativamente modesta do Produto Interno Bruto estadual quando considerada de forma isolada, sua importância econômica amplia-se significativamente quando analisada em conjunto com toda a cadeia do agronegócio. A produção rural sustenta um complexo sistema de cooperativas, frigoríficos, indústrias alimentícias, fabricantes de máquinas e equipamentos, empresas de logística, armazenagem, pesquisa agropecuária e exportação, formando uma das cadeias produtivas mais sofisticadas da economia catarinense.

Em 2024, o Valor da Produção Agropecuária (VPA) alcançou aproximadamente R\$ 63,7 bilhões, mantendo-se próximo ao recorde histórico registrado no ano anterior, mesmo diante

de oscilações climáticas e de preços internacionais. Em 2025, impulsionado pelo aumento da produção e pela recuperação dos preços agrícolas, o VPA atingiu um novo recorde de R\$ 74,9 bilhões, crescimento superior a 15% em relação ao ano anterior. O agronegócio responde por aproximadamente 65% das exportações totais do Estado, consolidando-se como o principal setor exportador de Santa Catarina. O Estado ocupa a liderança nacional nas exportações de carne suína, a primeira posição nas exportações de madeira e seus derivados e a segunda colocação nas exportações de carne de frango, abastecendo mercados altamente exigentes como China, Japão, Estados Unidos, México e países da União Europeia. O reconhecimento internacional do status sanitário catarinense, especialmente por ser zona livre de febre aftosa sem vacinação, constitui importante diferencial competitivo para acesso aos mercados externos.

Estima-se que cerca de 80% da movimentação de cargas nos portos catarinenses esteja relacionada direta ou indiretamente às cadeias do agronegócio, envolvendo exportação de carnes, madeira, papel, celulose, soja e importação de insumos, fertilizantes e grãos destinados à produção animal.

Nesse sentido, a agricultura ultrapassa sua dimensão econômica e assume papel estratégico na ocupação do território, na segurança alimentar, na preservação das comunidades rurais e na geração de riqueza regional. Em Santa Catarina, o fortalecimento do agronegócio representa não apenas uma política setorial, mas uma condição essencial para a competitividade da economia estadual, para a expansão das exportações e para a manutenção do dinamismo dos municípios do interior.



Desenvolvimento econômico e agricultura

PAPEL ESTRATÉGICO DA AGRICULTURA:

ALIMENTOS

INDÚSTRIA

COMÉRCIO EXTERIOR

LOGÍSTICA

EMPREGO

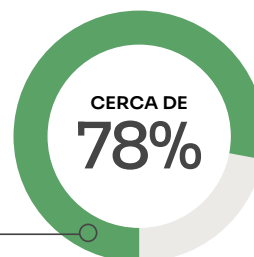
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CERCA DE

183.000

estabelecimentos
AGROPECUÁRIOS
no total

MODELO CONSOLIDADO NA
AGRICULTURA FAMILIAR



dos estabelecimentos agropecuários do estado pertencem à agricultura familiar

PRODUTORES

+

COOPERATIVAS

+

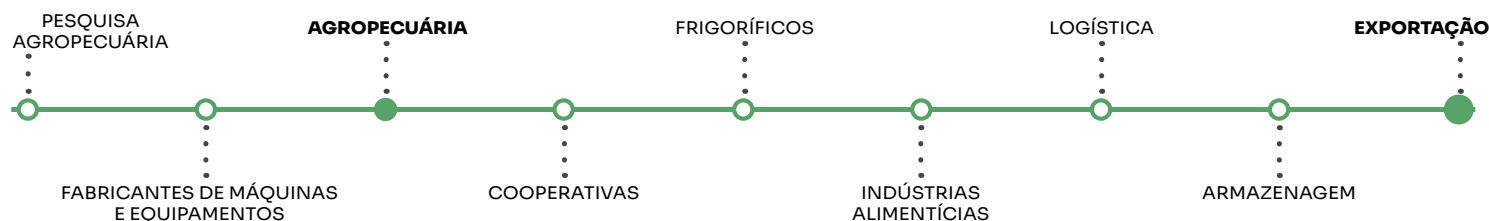
AGROINDÚSTRIAS



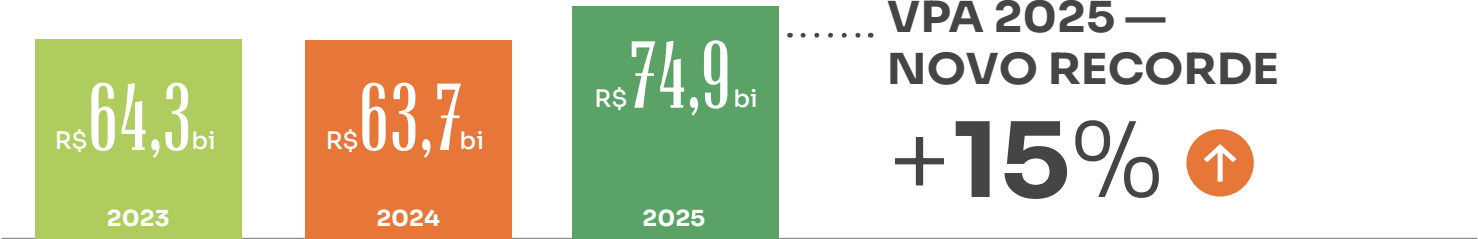
Um dos sistemas agroindustriais mais competitivos do país

UMA DAS CADEIAS MAIS SOFISTICADAS DO ESTADO

Isolada, a participação no PIB é modesta, na **cadeia completa**, a importância se amplia:



VALOR DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA — VPA



EXPORTAÇÕES DO AGRONEGÓCIO



PRINCIPAIS MERCADOS: (2024)



CHINA

15,6%



ESTADOS UNIDOS

13%



JAPÃO

8,2%



FILIPINAS

6%



MÉXICO

5,9%

NO PÓDIO NACIONAL DAS EXPORTAÇÕES:



1º Carne suína



1º Madeira e derivados



2º Carne de frango

PORTOS E LOGÍSTICA DO AGRO

Movimentação de cargas nos portos catarinenses relacionada, direta ou indiretamente, ao agronegócio

CERCA DE

80%



DIMENSÃO ALÉM DA ECONOMIA



PRIORIDADES REGIONAIS

Finalmente, a pesquisa da UVESC levantou as prioridades e demandas de cada região especificamente, em alguns casos mantendo a indicação de forma direta e identificando o local da demanda, para apresentar aos concorrentes estaduais e federais nas eleições de 2026 um quadro completo das principais necessidades do municipalismo catarinense.

**As demandas estão organizadas
por região e distribuídas nas seguintes áreas** ➔

Excepcionalmente a área de agricultura e desenvolvimento econômico poderão estar unificadas e na região do Vale do Itajaí foi aberta uma área específica de proteção de enchentes.



INFRAESTRUTURA

SAÚDE

EDUCAÇÃO

AGRICULTURA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

SEGURANÇA PÚBLICA

ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

ESPORTE E CULTURA

ENCHENTES



REGIÃO

EXTREMO OESTE



INFRAESTRUTURA

13 DEMANDAS

RODOVIAS E ACESSOS

Melhorias nas rodovias estaduais (SCs) e duplicação da BR-282.

Construção de uma passarela para pedestres no bairro São Sebastião, garantindo maior segurança às crianças que precisam atravessar a BR-163 para chegar à escola. • São Miguel do Oeste

Reforma e adequação do trevo de acesso ao município pela Rodovia Willy Barth. • São Miguel do Oeste

Construção do contorno viário do município. • Iporã do Oeste

Construção da ponte sobre o Rio Uruguai. • Itapiranga

Conclusão, em caráter de urgência, da via paralela à BR-163, que dá acesso ao Parque Industrial II. • Guarujá do Sul

MUNICÍPIO E URBANO

Investimentos em infraestrutura de mobilidade urbana e rural.

Melhoria da infraestrutura do município, incluindo estradas, iluminação pública e incentivo à instalação de novas indústrias para geração de emprego e renda.

CAMPO E INTERIOR

Melhoria das estradas e implantação de asfalto rural.

Melhoria das estradas que ligam o município às comunidades do interior.

Implantação de rede de energia elétrica trifásica nas comunidades do interior.

OBRAS E EQUIPAMENTOS

Investimentos no aeroporto.

Reforma ou construção de uma nova sede para a Prefeitura Municipal, considerando que o prédio atual, originalmente uma residência adaptada para prefeitura em 1962, apresenta instalações precárias e não pode passar por grandes intervenções por ser tombado como patrimônio histórico. • Anchieta



EDUCAÇÃO

4 DEMANDAS

ESTRUTURA E SEGURANÇA

Reforma dos colégios municipais.

Reforço da segurança nas escolas.

ACESSO E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Ampliação da oferta de vagas em creches.

Revisão dos critérios de avaliação e aprovação escolar, com maior rigor no acompanhamento da aprendizagem, transparência nos índices educacionais e fortalecimento da formação ética e cidadã dos alunos.



SAÚDE

12 DEMANDAS

UNIDADES E ESTRUTURA

Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS).

Construção de um novo posto de saúde para atender à crescente demanda do município, considerando também sua condição de cidade de fronteira com a Argentina, recebendo muitos argentinos que vêm morar e trabalhar na região. • Paraíso

Implantação de UTI Neonatal.

Ampliação do Hospital Regional de São Miguel do Oeste.

Aquisição de equipamentos mais modernos para a rede de saúde.

ATENDIMENTO E BEM-ESTAR

Melhorias gerais na área da saúde.

Saúde física e mental.

ALTA COMPLEXIDADE E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Fortalecimento da saúde de alta complexidade, com atendimento prioritário para pacientes com câncer e outras doenças graves.

Ampliação do atendimento oncológico e aos pacientes com doenças graves.

Ampliação da oferta de cirurgias de próteses realizadas pelo Hemocentro, considerando que atualmente existem apenas 35 serviços no Estado e muitos pacientes aguardam há mais de cinco anos pelo procedimento; mais bancos de sangue próximo dos municípios.

Ampliação da realização de cirurgias eletivas.

Ampliação do cadastro e da disponibilidade de médicos especialistas nos hospitais regionais.



AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

5 DEMANDAS

PRODUÇÃO E AGRONEGÓCIO

Valorização dos produtores rurais, com incentivos para o desenvolvimento de novas atividades, como a ranicultura.

Estabilização dos valores praticados no comércio do agronegócio.

Redução do custo dos insumos agrícolas.

INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Abastecimento de água.

Geração de emprego e fortalecimento do desenvolvimento econômico.



SEGURANÇA PÚBLICA

3 DEMANDAS

EFETIVO E SEGURANÇA DE FRONTEIRA

Ampliação do efetivo das forças de segurança pública.

Reforço da segurança pública em razão da condição de município localizado em região de fronteira. • Dionísio Cerqueira

PROTEÇÃO ÀS MULHERES

Fortalecimento da legislação e das políticas públicas de combate ao feminicídio.



ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

2 DEMANDAS

PROTEÇÃO E APOIO ÀS FAMÍLIAS

Fortalecimento da assistência social.

Construção de casas populares.



ESPORTE E CULTURA

3 DEMANDAS

ESPORTE E LAZER NAS COMUNIDADES

Destinação de recursos para que o município possa realizar melhorias nas comunidades do interior, como campos de futebol e clubes sociais, mesmo quando esses espaços não forem municipalizados, proporcionando melhores opções de lazer para os moradores.

GINÁSIOS E ESPAÇOS MULTIUSO

Construção de ginásio poliesportivo. • Paraíso

Construção de ginásio e centro multiuso. • Anchieta



SAÚDE

12 DEMANDAS

UNIDADES E ESTRUTURA

Construção de Unidade Básica de Saúde (UBS).

Construção de um novo posto de saúde para atender à crescente demanda do município, considerando também sua condição de cidade de fronteira com a Argentina, recebendo muitos argentinos que vêm morar e trabalhar na região. • Paraíso

Implantação de UTI Neonatal.

Ampliação do Hospital Regional de São Miguel do Oeste.

Aquisição de equipamentos mais modernos para a rede de saúde.

ATENDIMENTO E BEM-ESTAR

Melhorias gerais na área da saúde.

Saúde física e mental.

ALTA COMPLEXIDADE E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

Fortalecimento da saúde de alta complexidade, com atendimento prioritário para pacientes com câncer e outras doenças graves.

Ampliação do atendimento oncológico e aos pacientes com doenças graves.

Ampliação da oferta de cirurgias de próteses realizadas pelo Hemocentro, considerando que atualmente existem apenas 35 serviços no Estado e muitos pacientes aguardam há mais de cinco anos pelo procedimento; mais bancos de sangue próximo dos municípios.

Ampliação da realização de cirurgias eletivas.

Ampliação do cadastro e da disponibilidade de médicos especialistas nos hospitais regionais.



AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

5 DEMANDAS

PRODUÇÃO E AGRONEGÓCIO

Valorização dos produtores rurais, com incentivos para o desenvolvimento de novas atividades, como a ranicultura.

Estabilização dos valores praticados no comércio do agronegócio.

Redução do custo dos insumos agrícolas.

INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Abastecimento de água.

Geração de emprego e fortalecimento do desenvolvimento econômico.



SEGURANÇA PÚBLICA

3 DEMANDAS

EFETIVO E SEGURANÇA DE FRONTEIRA

Ampliação do efetivo das forças de segurança pública.

Reforço da segurança pública em razão da condição de município localizado em região de fronteira. • Dionísio Cerqueira

PROTEÇÃO ÀS MULHERES

Fortalecimento da legislação e das políticas públicas de combate ao feminicídio.



ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

2 DEMANDAS

PROTEÇÃO E APOIO ÀS FAMÍLIAS

Fortalecimento da assistência social.

Construção de casas populares.



ESPORTE E CULTURA

3 DEMANDAS

ESPORTE E LAZER NAS COMUNIDADES

Destinação de recursos para que o município possa realizar melhorias nas comunidades do interior, como campos de futebol e clubes sociais, mesmo quando esses espaços não forem municipalizados, proporcionando melhores opções de lazer para os moradores.

GINÁSIOS E ESPAÇOS MULTIUSO

Construção de ginásio poliesportivo. • Paraíso

Construção de ginásio e centro multiuso. • Anchieta



REGIÃO

OESTE



INFRAESTRUTURA

16 DEMANDAS

RODOVIAS

Duplicação, revitalização e conclusão das obras da BR-282, com implantação de terceiras faixas — grande fluxo de veículos, elevado número de acidentes; mais segurança, agilidade no transporte e desenvolvimento econômico para a região.

Implantação de rótula na BR-282, em frente à empresa Ludovico Tozzo.

Construção das marginais da BR-153 no perímetro urbano. • Concórdia

Duplicação das rodovias federais do Oeste até o litoral.

Revitalização, melhoria e manutenção permanente das rodovias estaduais (SCs).

Asfaltamento da SC-154. • Faxinal dos Guedes – Ipumirim

Implantação de acostamentos ou refúgios na SC-160. • Pinhalzinho • Modelo • Serra Alta • Bom Jesus do Oeste

Construção da ponte sobre o Rio Uruguai. • Itapiranga

Ligação asfáltica entre municípios vizinhos.

CAMPO E ENERGIA

Pavimentação rural e melhoria das estradas do interior, facilitando o escoamento da produção e o acesso às comunidades.

Ampliação da rede trifásica, inclusive no meio rural; liberação para instalação de energia solar; melhoria da infraestrutura elétrica.

URBANO E EQUIPAMENTOS

Pavimentação urbana.

Renovação da frota: máquinas, equipamentos, ambulâncias, micro-ônibus e ônibus.

Maior investimento federal em infraestrutura urbana e rural.

Investimentos em logística.

Falta de projetos para execução de obras.



EDUCAÇÃO

10 DEMANDAS

ESTRUTURA E ACESSO

Construção de novas escolas, revitalização das estaduais e melhoria das municipais.

Transporte escolar.

Segurança nas escolas do interior.

Creches em tempo integral e ampliação da oferta para atender famílias em que ambos os responsáveis trabalham.

Construção de um novo espaço para a APAE. • Maravilha

PROFESSORES E FORMAÇÃO

Valorização dos professores e formação profissional.

Ampliação do número de profissionais da educação.

Crítérios mínimos de qualificação e proficiência para ingresso na carreira docente.

Educação de qualidade; organização curricular.

Capacitação de jovens e adultos; preparação dos jovens para o mercado de trabalho.



HOSPITAIS REGIONAIS

Construção de novos hospitais regionais e fortalecimento dos existentes.

Ampliação do Hospital Regional de Chapecó. • Chapecó

Ampliação do Hospital de Modelo. • Modelo

Conclusão do Hospital São José. • Maravilha

Construção de novo hospital para desafogar Xanxerê. • São Domingos

Habilitação do hospital com especialidades e vários tipos de cirurgia. • Quilombó

Agilidade na regulação, ampliação dos leitos de UTI e melhor estrutura hospitalar.

EQUIPAMENTOS E URGÊNCIA

Mais equipamentos: ressonância magnética, ultrassom e raio-X.

Aquisição de UTI móvel. • Maravilha e região

Unidades fixas do SAMU em pontos estratégicos, ampliando a resposta a acidentes rodoviários.

ACESSO E ESPECIALISTAS

Regionalização da saúde: menor concentração dos serviços na capital, descentralização das especialidades e mais médicos especialistas de média e alta complexidade no Oeste.

Novas especialidades: cirurgia cardiovascular pediátrica, neurocirurgia endovascular, centro de tratamento de queimados, mais ortopedia. Cirurgias de média e alta complexidade.

Redução das filas para consultas, exames e cirurgias.

Melhor atendimento e mais agilidade nas Secretarias Municipais de Saúde.

PREVENÇÃO E POLÍTICAS DE CUIDADO

Saúde preventiva.

Fortalecimento da prevenção e combate à dengue e demais arboviroses. Atenção especial ao autismo; atendimento às pessoas com deficiência.

Construção de novo espaço para a APAE.

Centro de reabilitação física e intelectual.

Políticas públicas permanentes de proteção animal: castração de cães e gatos e programa de chipagem.



AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

14 DEMANDAS

INCENTIVOS E PREÇOS

Incentivos à agricultura, aos pequenos agricultores e aos produtores de leite, suínos e aves. 3 menções

Sucessão familiar no campo: programas que incentivem o jovem a permanecer na agricultura.

Fortalecimento dos empreendedores rurais.

Melhor remuneração do leite; melhores preços para milho, soja e demais produtos agrícolas.

Mecanismos de estabilidade de preços, especialmente leite e milho.

Redução do custo de produção no agronegócio.

Ampliação do apoio aos produtores endividados.

INFRAESTRUTURA, ÁGUA E AMBIENTE

Logística de escoamento, asfalto rural e energia trifásica no campo.

Apoio ao armazenamento da produção.

Abastecimento de água para a produção; proteção dos recursos hídricos; controle da contaminação dos lençóis freáticos. 3 menções

Destinação adequada dos dejetos da suinocultura.

Políticas de enfrentamento à escassez de mão de obra no campo.

Facilitação do georreferenciamento das propriedades rurais.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

14 DEMANDAS

EMPREGO E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Desenvolvimento econômico e geração de empregos; atração de empresas; apoio aos pequenos comerciantes.

Desenvolvimento da cadeia produtiva local.

Fortalecimento da atração de investimentos privados.

Redução da carga tributária para empresas, indústria e agronegócio.

Maior segurança jurídica para estimular investimentos.

MUNICÍPIOS, PESSOAS E OPORTUNIDADES

Recursos para o desenvolvimento dos municípios; apoio aos de pequeno porte, ampliando sua capacidade de investimento.

Centro de eventos para fortalecer agronegócio, comércio, indústria e serviços. • Seara

Turismo; cultura.

Políticas de emancipação das pessoas: geração de oportunidades, autonomia e inclusão produtiva.



MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

5 DEMANDAS

ÁGUA E ABASTECIMENTO

Resolver definitivamente a falta de água nos municípios, com abastecimento regular — inclusive no meio rural e na criação de animais.

Municipalização dos serviços da CASAN diante da deficiência no abastecimento. • Chapecó

ESGOTO E RESÍDUOS

Ampliação do saneamento básico: rede de esgoto e coleta adequada de lixo.

Moradia com infraestrutura de saneamento.

Destinação dos dejetos da produção de suínos.



SEGURANÇA PÚBLICA

6 DEMANDAS

EFETIVO E COMBATE À CRIMINALIDADE

Reforço da segurança pública, com ampliação do efetivo policial nos municípios de pequeno porte.

Intensificação do combate aos roubos, à impunidade e à criminalidade. Maior segurança nas escolas.

PROTEÇÃO À MULHER E DIREITOS

Combate à violência contra a mulher e ao feminicídio.

Casa de apoio para mulheres vítimas de violência.

Fortalecimento das Salas Lilás, com ampliação do efetivo feminino nas forças de segurança.

Políticas permanentes de enfrentamento ao racismo, ao preconceito e aos crimes de ódio.



ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

3 DEMANDAS

HABITAÇÃO

Programas habitacionais, loteamentos e moradia digna.

Crescimento urbano planejado.

Ampliação da oferta de moradias para acompanhar o desenvolvimento econômico.



REGIÃO

MEIO OESTE



INFRAESTRUTURA

22 DEMANDAS

RODOVIAS

Duplicação da BR-282 nos trechos entre Chapecó e Campos Novos, e Alfredo Wagner e São José.

Construção de viaduto ou contorno viário e melhoria da iluminação no Trevão. • Irani

Pavimentação asfáltica entre Salto Veloso e Treze Tílias. • Salto Veloso – Treze Tílias (ver flags: “BR-465”)

Assinatura da ordem de serviço, pelo Governo do Estado, para execução da SC-154, ligando Ipumirim a Vargeão e à BR-282 — licitação já homologada.

Pavimentação da SC-154 no acesso a Frei Rogério. • Frei Rogério

Implantação de redutor de velocidade e caixa de brita para veículos pesados no acesso pela SC-453. • trecho de Ibicaré

Revitalização da SC-355.

Pavimentação asfáltica entre Abdon Batista e Anita Garibaldi.
• Abdon Batista – Anita Garibaldi

Recuperação da SC-455 (Rodovia Dejandir Dalpasquale), que liga Abdon Batista a Campos Novos, garantindo maior segurança, mobilidade e desenvolvimento regional. • Abdon Batista – Campos Novos

CAMPO E LIGAÇÕES ENTRE MUNICÍPIOS

Melhoria das estradas rurais, pavimentação rural e ampliação da pavimentação asfáltica nas comunidades do interior.

Pavimentação asfáltica no interior, facilitando o deslocamento e o escoamento da produção dos agricultores. • Rio das Antas

Melhoria dos acessos ao município, atualmente precários, por meio de pavimentação asfáltica, favorecendo o desenvolvimento regional.

Ligação asfáltica entre os municípios de Alto Bela Vista e Marcelino Ramos. • Alto Bela Vista – Marcelino Ramos

URBANO, MOBILIDADE E AEROPORTOS

Pavimentação urbana e manutenção das estradas vicinais.
Implementação do Anel Viário. • Joaçaba

Melhoria da mobilidade urbana intermunicipal entre Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, com implantação de uma terceira ponte e de um novo modal de transporte urbano. • Joaçaba · Herval d'Oeste · Luzerna

Revitalização da Avenida Governador Ivo Silveira. • Arroio Trinta

Melhoria do urbanismo, com implantação de calçadas, pavimentação, saneamento básico e tratamento de resíduos líquidos.

Implantação de placas indicativas do município na rota do turismo.

Construção de uma rotatória na entrada do parque industrial.

Implantação de voos comerciais em Joaçaba e Concórdia. • Joaçaba · Concórdia

Ampliação da infraestrutura do Aeroporto de Joaçaba. • Joaçaba



SAÚDE

10 DEMANDAS

HOSPITAIS E ESPECIALIDADES

Implantação de hospitais especializados mais próximos da população.

Construção de um hospital regional, reduzindo o sofrimento dos pacientes que hoje percorrem longas distâncias pelas rodovias para atendimento. • Campos Novos

Fortalecimento do HUST — Hospital Universitário Santa Terezinha. • Joaçaba

Ampliação do Hospital Salvatoriano Divino Salvador (HSDS) e fortalecimento da saúde municipal. • Videira

Implantação de um hospital que atenda gestantes até o nascimento de seus bebês.

ACESSO, EXAMES E ATENDIMENTO

Ampliação da oferta de exames de média e alta complexidade e aproximação dos serviços de oncologia. • Concórdia

Ampliação dos atendimentos de alta complexidade em Chapecó, reduzindo a necessidade de deslocamentos para Florianópolis. • Chapecó

Recursos para hospitais e UBSs, aquisição de veículos e redução das filas para exames e cirurgias. • Santa Cecília

Avanço urgente na saúde: redução de filas, ampliação dos atendimentos e acesso mais rápido a exames e médicos especialistas. • Videira

Políticas públicas permanentes de proteção animal. (ver flags: realocada de “Cultura e Turismo”)



EDUCAÇÃO

10 DEMANDAS

ESTRUTURA E ACESSO

Reforço da segurança nas escolas.

Transporte escolar de qualidade para os estudantes.

Construção de uma creche para atender às necessidades do município. • Presidente Castelo Branco

Construção de espaço adequado para as escolinhas esportivas realizarem seus treinamentos.

Refeitórios em funcionamento em todas as escolas, especialmente em regiões de inverno rigoroso.

PROFESSORES E ENSINO

Avanço na educação por meio de investimentos em infraestrutura, valorização dos profissionais e ampliação da oferta de vagas. • Videira

Apoio à valorização dos professores, investimentos nas escolas e implantação de programas de ensino técnico.

Melhoria no processo de ensino-aprendizagem.



AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

11 DEMANDAS

APOIO E VALORIZAÇÃO DO PRODUTOR

Maior atenção aos moradores do interior que trabalham com agricultura e pecuária.

Tratar os agricultores como empresários, aplicando políticas de incentivo empresarial para quem movimenta milhões de reais na produção de leite, suínos, aves e grãos.

Fortalecimento do setor agrícola como prioridade para o desenvolvimento.

Fortalecer e prestar apoio imediato ao produtor rural.

Valorizar comercialmente a produção agrícola.

Políticas públicas voltadas ao homem do campo, promovendo a agricultura e a otimização dos recursos.

PREÇOS, DÍVIDAS E POLÍTICAS

Apoio aos produtores rurais, especialmente aos de leite — altos custos de produção, instabilidade de preços e falta de incentivos dificultam a permanência das famílias no campo.

Políticas públicas efetivas, recursos, investimentos e acordos que auxiliem os agricultores na renegociação de dívidas.

Incentivar a agricultura familiar, ampliar a oferta de máquinas agrícolas e fortalecer programas de escoamento da produção.

Políticas públicas de preço mínimo para produtos como leite, milho, frango e suíno.

Visão mais realista da situação dos agricultores: proteção diante das muitas ambientais, apoio técnico, orientação adequada e prazos mais justos ou abatimentos quando necessário.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

6 DEMANDAS

EMPRESAS E EMPREGO

Estruturação da região e instalação de empresas para geração de emprego e renda — há carência de empresas na região.

Atração de indústrias regionais geradoras de emprego e renda, especialmente voltadas à mão de obra qualificada e à inovação tecnológica, aproveitando a formação da universidade local. • Joaçaba

Políticas que garantam maior segurança para o agricultor produzir.

REGIÃO E TURISMO

Criação de um Conselho de Desenvolvimento Regional, em conjunto com os municípios da microrregião.

Investimentos no turismo, incluindo a implantação do turismo rural.

Investimentos estadual e federal para fomentar o turismo, com atenção aos municípios pequenos do interior — não é só o litoral catarinense que tem atrativos turísticos. • Piratuba



MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

3 DEMANDAS

Investimentos em saneamento básico.

Tratamento de resíduos, incluindo sistema de tratamento de resíduos líquidos.

Galeria para aumentar a vazão de água e drenagem. • Frei Rogério



SEGURANÇA PÚBLICA

2 DEMANDAS

Ampliação do efetivo da segurança pública — em determinadas ocorrências é necessário acionar o batalhão e aguardar apoio das equipes de Catanduvas ou Jaborá, gerando demora e insatisfação da população. • Presidente Castelo Branco

Prioridade absoluta à segurança pública das mulheres, com políticas de combate ao feminicídio e à violência doméstica — o número de feminicídios e tentativas segue alto, com casos recorrentes que terminam em mortes.



ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

3 DEMANDAS

Construção de um novo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). • Calmon

Disponibilização de espaço adequado para o funcionamento do Conselho Tutelar.

Investimentos em infraestrutura habitacional — com a instalação de grandes empresas, há escassez de moradias.



ESPORTE E CULTURA

2 DEMANDAS

Investimentos em cultura.

Ampliação dos investimentos em equipamentos esportivos para atendimento da comunidade.



REGIÃO

PLANALTO SERRANO



INFRAESTRUTURA

17 DEMANDAS

RODOVIAS E LIGAÇÕES

Duplicação da BR-282.

Construção de terceiras faixas na BR-282, especialmente no trecho entre Florianópolis e Lages.

Duplicação da BR-116.

Construção de terceiras faixas na BR-116, entre Rio Pelotas e Lages.
Construção de elevado ou viaduto na BR-116.

Melhorias nas rodovias BR-282 e BR-116, fundamentais para a mobilidade regional.

Conclusão da SC-370, entre Urubici e Rio Rufino.
Urubici – Rio Rufino

Pavimentação da SC-284 entre Palmeira e Correia Pinto. ▪ Palmeira – Correia Pinto

Ligação asfáltica entre Cerro Negro e Abdon Batista (SC-452 e SC-390). ▪ Cerro Negro – Abdon Batista

Implantação de anel viário. ▪ São Joaquim

Melhorias nas rodovias que cortam a cidade e a região, e nos acessos e deslocamentos entre os municípios.

CAMPO E INTERIOR

Melhorias nas estradas do interior, incluindo alargamento, corte de morros e cascalhamento.

Apoio à infraestrutura rural.

Ampliação dos investimentos em máquinas e manutenção das estradas do interior — o município possui mais de 1.500 km de estradas rurais.
▪ Campo Belo do Sul

URBANO E SERVIÇOS

Pavimentação urbana.

Infraestrutura e saneamento básico.

Ampliação da rede de telefonia móvel.

Energia elétrica.



EDUCAÇÃO

5 DEMANDAS

Educação de qualidade e investimentos na área.

Construção ou ampliação de creche municipal em Campo Alto.

Ampliação da oferta de creches e construção de escola municipal.
▪ Rio Rufino

Cursos profissionalizantes.

Formação voltada ao mercado de trabalho.



SAÚDE

12 DEMANDAS

REDE, HOSPITAIS E ATENDIMENTO

Fortalecimento da saúde pública e regional, com melhoria geral e ampliação do atendimento nas unidades.

Implantação de posto de saúde no Bairro Vila Maria. • Lages

Maior apoio aos hospitais de Campo Belo do Sul e Anita Garibaldi. • Campo Belo do Sul • Anita Garibaldi

Regulamentação dos hospitais públicos e fiscalização dos processos de privatização.

Redução das filas para consultas, exames e cirurgias.

Cirurgias de alta complexidade.

ESPECIALIDADES E CUIDADO ESPECIAL

Atendimento oncológico.

Atendimento em neurologia pediátrica.

Equipe multidisciplinar especializada em desenvolvimento infantil e saúde mental de crianças, adolescentes e idosos.

Atenção à dependência química, com comunidade terapêutica.

Construção de uma AMA (Associação de Amigos do Autista).

Saúde e causa animal.



AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

6 DEMANDAS

Incentivo ao produtor rural, para continuar investindo na propriedade e motivando os filhos a permanecer no interior, com parcerias como fornecimento de merenda escolar, produção de leite e gado de corte (cria e recria).

Incentivo à permanência das famílias no campo.

Apoio à agricultura.

Infraestrutura rural para produção.

Implantação de frigorífico regional para atender a produção de bovinos.

Desenvolvimento da cadeia produtiva regional.



SEGURANÇA PÚBLICA

2 DEMANDAS

Fortalecimento da segurança pública.

Maior integração entre saúde e segurança.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

7 DEMANDAS

TURISMO

Fortalecimento da Serra Catarinense como destino turístico.

Investimentos em infraestrutura turística.

Lazer e turismo.

INDÚSTRIA E EMPREGO

Desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda.

Implantação de novas indústrias e de nova área industrial com infraestrutura.

Incentivos fiscais para atrair investidores; estímulo ao comércio e à indústria.

Necessidade de investimento privado.



MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

7 DEMANDAS

Ampliação da rede de esgotamento sanitário.

Ampliação do acesso à rede de esgoto — apenas 35,5% da população possui acesso. • São Joaquim

Resolver o saneamento básico até 2030, fortalecendo a saúde, o turismo e o desenvolvimento econômico. • São Joaquim

Saneamento básico e sustentabilidade ambiental.

Desassoreamento de rios.

Prevenção de enchentes e desastres naturais.

Investimentos em sustentabilidade ambiental.



ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

7 DEMANDAS

Fortalecimento da assistência social.

Ampliação dos recursos humanos e financeiros para atendimento social.

Atendimento social mais efetivo.

Combate à desigualdade social.

Moradia digna, com habitação popular e casas populares.

Programa robusto de habitação.

Moradia e infraestrutura.



REGIÃO

PLANALTO NORTE



INFRAESTRUTURA

10 DEMANDAS

RODOVIAS E ACESSOS

Construção de terceiras faixas na BR-280, no trecho entre Mafra e São Bento do Sul. • Mafra – São Bento do Sul

Melhoria das rodovias e trevos de acesso. • Mafra

Melhoria dos acessos entre as rodovias estaduais e as vias públicas, reduzindo acidentes e aumentando a segurança.

Duplicação da SC-418 ou melhoria do acesso ao Bairro Alpestre. • São Bento do Sul

Ligação entre Santa Terezinha e Itaiópolis; ligação do Alto Vale ao Planalto Norte, passando pelo interior de Papanduva. • Santa Terezinha – Itaiópolis · Papanduva

CAMPO E INTERIOR

Pavimentação asfáltica em áreas rurais.

Conservação das estradas.

Maior apoio do Estado para manutenção e pavimentação das estradas do interior — a malha viária rural passa de 3.200 km de estradas de chão, no sétimo maior município de SC em extensão territorial. • Itaiópolis

Infraestrutura para impulsionar o desenvolvimento regional e atrair novas empresas.

Ampliação dos investimentos em infraestrutura na região, hoje desassistida, destravando o desenvolvimento econômico.



SAÚDE

3 DEMANDAS

Fortalecimento das políticas públicas de saúde, com ampliação do acesso e do atendimento.

Implantação de serviço de radioterapia.

Ampliação da oferta de médicos especialistas e implantação de especialidades, evitando o deslocamento de pacientes para outras cidades.



EDUCAÇÃO

2 DEMANDAS

Melhorias e investimentos na educação, com ensino de qualidade.

Fortalecimento das políticas públicas de educação.



AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

4 DEMANDAS

Incentivo aos agricultores.

Desenvolvimento econômico com atuação agroindustrial.

Incentivo ao turismo.

Desenvolvimento econômico, com geração de empregos e investimentos para atração de empresas.



MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

3 DEMANDAS

Investimentos urgentes em saneamento básico — a saúde pública já não suporta os impactos da falta de infraestrutura sanitária; investir em saneamento é prevenir doenças e reduzir gastos com saúde.

Tratamento de esgoto.

Questões relacionadas ao meio ambiente e à saúde.



SEGURANÇA PÚBLICA

1 DEMANDA

Ampliação do acesso aos serviços de segurança pública.



ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1 DEMANDA

Acesso à moradia e habitação popular.



REGIÃO

NORTE

INFRAESTRUTURA

5 DEMANDAS

Infraestrutura viária; infraestrutura da BR-101 e construção de suas marginais; duplicação da BR-280

Infraestrutura e mobilidade compatíveis com o aumento do fluxo de veículos e do transporte de cargas, que não evoluíram no ritmo do crescimento das cidades — gerando trânsito intenso, riscos de acidentes e dificuldades no escoamento da produção.

Pavimentação de ruas e vias urbanas.

Melhoria da mobilidade urbana e do transporte público, com ampliação das vias de escoamento e segurança no trânsito.

Investimentos em planejamento urbano, revitalização e criação de espaços públicos de convivência e lazer.

SAÚDE

5 DEMANDAS

Saúde em todos os sentidos.

Novos hospitais ou fortalecimento da estrutura existente — os hospitais São José e Regional encontram-se sobrecarregados. • Joinville

Redução das filas para cirurgias, com atualização da tabela do SUS e ampliação da oferta de serviços terceirizados.

Investimentos em saúde em decorrência do enorme crescimento populacional.

Maior atenção à causa animal, com políticas públicas de combate ao abandono e aos maus-tratos — questão diretamente relacionada à saúde pública.

EDUCAÇÃO

3 DEMANDAS

Valorização dos professores.

Investimentos em educação em função do crescimento populacional.

Transporte escolar.



AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

3 DEMANDAS

Enfrentamento dos problemas relacionados ao preço da produção de arroz.

Maior atuação e defesa dos deputados em favor do setor agropecuário.

Mais recursos para os municípios pequenos.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

3 DEMANDAS

Desenvolvimento das empresas por meio de políticas de fomento.

Infraestrutura e políticas sociais que acompanhem o pleno desenvolvimento do município, com crescimento industrial e proximidade dos portos.

Maior proteção ao produtor rural.



MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

3 DEMANDAS

Abastecimento de água para os municípios.

Enfrentamento das cheias provocadas pelas chuvas.

Investimentos em infraestrutura e saneamento básico.



SEGURANÇA PÚBLICA

2 DEMANDAS

Reforço urgente do policiamento diante da duplicação das rodovias e da ligação entre Garuva e Joinville pela Estrada Palmeiras — segundo relatado nas reuniões com a Polícia Militar, os indicadores atuais não justificariam aumento do efetivo. • Garuva – Joinville

Ampliação do efetivo das forças de segurança.



REGIÃO

VALE DO ITAJAÍ



INFRAESTRUTURA

29 DEMANDAS

BR-470 E RODOVIAS FEDERAIS

Conclusão da duplicação da BR-470.

Duplicação da BR-470 entre Indaial e Campos Novos.

Melhorias e investimentos prioritários na BR-470 — eixo estruturante do desenvolvimento regional e prioridade do Alto Vale, com maior atenção do DNIT.

Investimentos prioritários na BR-282.

Mobilidade na BR-101: retirada do posto da PRF e do posto de pesagem no trecho urbano, construção de marginais e início da ViaMar.

Pavimentação da SC-486, ligando Botuverá a Vidal Ramos.

Melhoria do trevo de Trombudo Central (acesso a Agrolândia).

Ligação asfáltica entre o Vale do Itajaí e o Planalto Norte; ligação com a região Norte por Santa Terezinha.

Ligação asfáltica entre Salete e Witmarsum.

Ligação asfáltica entre Salete e Rio do Campo.

Ligação da BR-470 à SC-114.

Acesso entre Guabiruba, Gaspar e Blumenau.

Melhorias nas ligações Brusque–Gaspar e demais conexões regionais.

CIDADE E MOBILIDADE

Mobilidade urbana e pavimentação de ruas no perímetro urbano, acompanhando o crescimento das cidades — com melhorias no trânsito, principalmente no verão.

Novas rotatórias e acessos.

Calçadas acessíveis.

Ciclovias.

Melhor sinalização viária.

Organização dos estacionamentos.

Planejamento urbano para acompanhar o crescimento populacional.

CAMPO, MUNICÍPIOS E SERVIÇOS

Pavimentação e melhorias nas estradas municipais.

Melhorias e manutenção permanente das estradas rurais e do interior.

Infraestrutura para municípios pequenos com extensa malha viária.

Apoio com maquinário para manutenção das vias.

Infraestrutura predial.

Ampliação e melhoria da rede elétrica da Celesc. • Guabiruba

Infraestrutura para desenvolvimento econômico.

Ampliação da cobertura de telefonia móvel.

Investimentos em logística, rodovias, portos, aeroportos e ferrovias.



SAÚDE

12 DEMANDAS

HOSPITAIS E UNIDADES

Fortalecimento do Hospital Regional de Rio do Sul.

Fortalecimento do Hospital Waldomiro Colautti. • Ibirama

Regionalização ou estadualização do Hospital Municipal Santo Antônio.
• Itapema

Criação do Hospital de Guabiruba.

Ampliação do apoio financeiro aos hospitais regionais.

Construção da nova unidade Renal Vidas. • Rio do Sul

Implantação de radioterapia. • Rio do Sul

UPA regionalizada. • Presidente Getúlio

REDE, ESPECIALIDADES E CUIDADO

Fortalecimento da saúde pública, com atendimento de qualidade e atenção básica fortalecida.

Regionalização do atendimento em saúde, com maior autonomia regional para consultas e especialidades.

Clínicas especializadas para reduzir deslocamentos.

Mais médicos especialistas.

Redução das filas para consultas e exames, com mais rapidez na entrega de resultados e agilidade nas cirurgias.

Exames de maior complexidade mais próximos da população.

Serviços de apoio à saúde mental.

Inclusão das pessoas com deficiência.

Apoio às APAEs e AMAs.



EDUCAÇÃO

7 DEMANDAS

Construção de nova escola.

Ampliação das salas de aula.

Implantação do ensino em período integral.

Reformas nas escolas.

Reforma completa do Colégio Olegário Bernardes e construção do novo Colégio Estadual Anita Garibaldi. • Itapema

Renovação da frota escolar.

Educação de qualidade e formação das crianças.



AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

8 DEMANDAS

INCENTIVOS E APOIO

Maior apoio à agricultura.

Valorização dos produtores de alimentos.

Fortalecimento da agricultura familiar.

Incentivos ao produtor rural.

Incentivo ao turismo rural.

CRÉDITO E REPRESENTAÇÃO

Crédito subsidiado ao agricultor.

Seguro rural.

Representação política do agronegócio.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

7 DEMANDAS

EMPREGO E INDÚSTRIA

Geração de empregos.

Desenvolvimento industrial.

Incentivo às empresas.

REGIÃO E TURISMO

Desenvolvimento regional.

Apoio aos pequenos municípios.

Estruturação e desenvolvimento do turismo regional.

Parque Municipal de Eventos.



MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

3 DEMANDAS

Saneamento básico e infraestrutura de saneamento.

Ampliação da rede e do abastecimento de água.

Tratamento de esgoto.



SEGURANÇA PÚBLICA

5 DEMANDAS

Fortalecimento da segurança pública, com ampliação do efetivo e reforço da Polícia Militar.

Reforço do Corpo de Bombeiros.

Combate ao tráfico de drogas e à criminalidade.

Atenção às pessoas em situação de rua.

Segurança nas rodovias.



ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

2 DEMANDAS

Moradia.

Regularização fundiária.



ENCHENTES

6 DEMANDAS

Contenção, prevenção e mitigação das enchentes e cheias.

Canal extravasor do Rio Itajaí-Açu.

Canalização, alargamento e desassoreamento dos rios — o assoreamento é apontado como causa das enchentes.

Limpeza e adequação da Barragem Oeste, com revitalização das barragens existentes.

Construção da Barragem de Botuverá.

Construção de novas barragens.



REGIÃO

GRANDE FLORIANÓPOLIS



INFRAESTRUTURA

9 DEMANDAS

RODOVIAS E ACESSOS

Ampliação da capacidade da BR-101.

Duplicação e melhorias na SC-410, que liga Nova Trento e Tijucas.

Duplicação da BR-282, com construção de trevos e viadutos de acesso.

Projeto urgente de pavimentação da SC-408, principal eixo de acesso ao município — a obra beneficia Major Gercino e Leoberto Leal e cria rota alternativa para desafogar as BRs 470 e 282.

Melhoria dos acessos ao município, cujas vias estranguladas limitam o crescimento.

MUNICÍPIOS E MOBILIDADE

Melhoria das estradas para o transporte seguro e eficiente das cargas de verduras — a agricultura é a principal atividade econômica de Antônio Carlos, que abastece a Grande Florianópolis.

Investimentos em infraestrutura e ampliação do parque de máquinas em Angelina, que possui extensa malha viária, com mais de 1.200 km de estradas de chão.

Melhorias na mobilidade urbana e no transporte público — grande número de veículos e escassez de vias amplas para o fluxo do trânsito.

Melhorias na mobilidade, no transporte marítimo e na infraestrutura.



SAÚDE

8 DEMANDAS

Hospital de referência no Vale do Rio Tijucas, com urgência — os hospitais da região estão lotados, com demora no atendimento.

Construção de uma Policlínica no município de Tijucas.

Melhorias na saúde de Alfredo Wagner, que apesar do pequeno porte enfrenta grandes dificuldades: apenas duas UBSs, com estrutura física insuficiente, falta de profissionais e escassez de medicamentos.

Ampliação dos recursos para exames de média e alta complexidade no município de Palhoça.

Melhoria da estrutura das unidades de saúde, com garantia de exames e fornecimento de medicamentos. • Palhoça

Investimento na melhoria da saúde, com foco na qualidade do atendimento e na resolutividade dos serviços.

Atendimento para pessoas com autismo e deficiência.

Investimentos na causa animal.



EDUCAÇÃO

4 DEMANDAS

Mais infraestrutura na educação.

Atenção ao segundo professor em sala para estudantes com TEA.

Implantação de uma faculdade de excelência, beneficiando toda a região.

Ampliação da oferta de creches em tempo integral no município de Palhoça.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1 DEMANDA

Direcionamento de investimentos para Biguaçu e região, considerando seu grande potencial de desenvolvimento.



MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

3 DEMANDAS

Desenvolvimento e implantação de projetos de saneamento básico.

Desassoreamento dos rios e ações de prevenção de cheias, alagamentos e enchentes na região.

Recuperação da balneabilidade das praias, com investimentos em saneamento — a falta dela afeta o crescimento do turismo e a saúde pública.



SEGURANÇA PÚBLICA

1 DEMANDA

Combate à violência contra a mulher, com criação de leis de proteção — quase todos os dias mais uma mulher é morta.



ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1 DEMANDA

Programa de moradia com custo acessível para pessoas de baixa renda — o número de moradores de rua vem crescendo pela falta de moradia.



ESPORTE E CULTURA

1 DEMANDA

Transformação do Centro Leste de Florianópolis em patrimônio cultural (região da Praça XV e da Avenida Hercílio Luz).



REGIÃO

SUL



INFRAESTRUTURA

22 DEMANDAS

RODOVIAS E LIGAÇÕES

Duplicação do Morro dos Cavalos (BR-101).

Conclusão da duplicação e implantação de novas vias, como o contorno do anel viário. • Nova Veneza

Federalização da BR-285, no trecho Timbé do Sul – BR-101.

Infraestrutura na SC-285.

Pavimentação asfáltica da SC-108 entre Santa Rosa de Lima e Anitápolis.

Conclusão da SC-108, no trecho Jacinto Machado – Praia Grande.

Melhorias e mobilidade na SC-370, entre Tubarão e a região, com implantação de terceiras faixas.

Duplicação e segunda faixa em São Ludgero.

Segundo acesso entre Sombrio e Balneário Gaivota.

Construção de anéis viários em Braço do Norte, Pedras Grandes e Cocal do Sul.

COSTA, RIOS E OBRAS ESPECIAIS

Conclusão da obra Caminhos do Mar, de Passo de Torres até Laguna.

Construção da Ponte do Pontal, em Laguna.

Conclusão dos Molhes Norte, entre Passo de Torres e São João do Sul.

Desassoreamento da Barra do Rio Araranguá.

Dragagem do Rio Tubarão.

CIDADE, CAMPO E AEROPORTO

Pavimentação e infraestrutura das vias urbanas.

Ciclovias intermunicipais.

Sistema de drenagem urbana e macrodrenagem.

Investimentos nas estradas municipais e do interior — pavimentação em asfalto e concreto nos trechos de maior declividade, melhorias para mobilidade e escoamento da produção, mais incentivo financeiro e máquinas para manutenção.

Melhoria da infraestrutura do Aeroporto Regional de Jaguaruna.

Implantação de terminal de cargas.

Ampliação da oferta de voos.



SAÚDE

13 DEMANDAS

REDE, HOSPITAIS E GESTÃO

Fortalecimento da saúde pública, com atenção primária fortalecida e atendimento melhor e mais ágil.

Mais profissionais da saúde.

Hospital Regional de qualidade.

Mais recursos para o Hospital São José.

Conclusão da UTI do novo hospital em Braço do Norte.

Reajuste da tabela SUS.

Mais eficiência na gestão do sistema de regulação.

FILAS, ESPECIALIDADES E CUIDADO

Redução das filas de exames, consultas e cirurgias.

Responsabilização pelas faltas em consultas e exames, para reduzir desperdícios.

Atendimento especializado, de média e alta complexidade.

Atendimento oncológico.

Equipe multidisciplinar em desenvolvimento infantil.

Políticas públicas para pessoas com autismo e suas famílias.



EDUCAÇÃO

4 DEMANDAS

Formação e valorização dos professores.

Reforma das unidades escolares.

Qualificação profissional.

Pedagogos especializados para alunos com laudos.



AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO

6 DEMANDAS

Incentivo ao produtor rural.

Apoio ao meio rural.

Enfrentamento do abandono do campo.

Competitividade do agronegócio.

Incentivos para infraestrutura rural.
Recursos para pequenos municípios.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

10 DEMANDAS

EMPRESAS, INDÚSTRIA E RECEITA

Desenvolvimento econômico e geração de empregos.

Incentivos à área industrial.

Implantação de parques industriais.

Infraestrutura para atração de novas empresas.

Diversificação econômica diante do fim do ciclo do carvão.

Incentivo ao investimento público e privado.

Melhoria da receita dos municípios.

TURISMO

Estruturação do turismo regional.

Fortalecimento do turismo em Maracajá.

Desenvolvimento turístico de Jaguaruna.



MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

8 DEMANDAS

SANEAMENTO, ÁGUA E RESÍDUOS

Saneamento básico, com ampliação da rede de esgotamento sanitário e redução das áreas sem atendimento.

Tratamento de esgoto.

Água potável em toda a área urbana e rural.

Coleta seletiva de lixo.

Solução para os alagamentos recorrentes no centro da cidade.

AMBIENTE E ORDENAMENTO

Preservação ambiental com equilíbrio entre proteção e desenvolvimento.

Revisão da linha de manejo da APA da Baleia Franca.

Redução das áreas de APP para permitir expansão industrial.



SEGURANÇA PÚBLICA

3 DEMANDAS

Reforço da segurança pública e aumento do efetivo policial, diante do crescimento da violência e da população.

Combate às facções e ao tráfico de drogas.

Reforço da segurança diante do crescimento da migração de outros estados.



ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

9 DEMANDAS

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Assistência social fortalecida.

Atenção à vulnerabilidade social.

Atenção aos moradores de rua.

Políticas de inclusão.

Atendimento às famílias.

Combate ao abuso infantil.

HABITAÇÃO

Moradia própria e moradia popular.

Loteamentos populares.

Incentivo à moradia para atrair novos moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Em primeiro lugar há que se ressaltar que a pesquisa A Voz dos Vereadores, idealizado, executado e sistematizado pela UVESC, trata-se de uma iniciativa inédita no campo de estudo aplicado, buscando captar a percepção dos representantes públicos municipais em relação às áreas prioritárias, as demandas locais e os principais problemas da sociedade. Portanto, apenas de ainda não ser um trabalho perfeito, trata-se de uma primeira versão que merece uma leitura atenta dos incumbentes aos pleitos estaduais e federais destas eleições de 2026, podendo ser recomendadas críticas e sugestões para aperfeiçoar o trabalho futuramente.

Considerando os resultados obtidos pode-se afirmar que houve uma boa mobilização de respostas para compor essa amostra, podendo os dados serem explorados mais profundamente em estudos posteriores e as respostas indicaram percepções de demandas e prioridades coerentes com a literatura de estudos sobre o municipalismo, além de uma finalidade prática, apontando questões específicas de municípios e regiões, as quais merecem atenção especial dos futuros governantes.

Por fim, recomenda-se o acompanhamento desses dados através de um observatório do municipalismo catarinense, que deverá ser o próximo passo empreendido pela UVESC no desenvolvimento de uma plataforma que poderá aprimorar os dados e atualizá-los em cada legislatura local, como também acompanhar os indicadores de atendimento das demandas na medida que parlamentares e gestores estaduais e federais forem atendendo os pleitos apontados pela pesquisa A Voz dos Vereadores.

